

EDITAL

PROCESSO n. 19.30.1572.0000332/2026-74
PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL n. 90015/2026
UASG n. 925892
Recebimento de propostas: a partir da data da divulgação do aviso no sítio: www.compras.gov.br.
Abertura das propostas: às 10h (Dez horas), do dia 15/06/2026 (horário de Brasília).
Endereço eletrônico onde será realizada a sessão pública: www.compras.gov.br
ESTE CERTAME É EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-ME/EPP

1. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO n. 90015/2026

1.1. A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Av. LO-04, Lt. 5/6, CEP. 77.006-218, Palmas – TO, torna público, para conhecimento dos interessados, que promoverá **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM MANUTENÇÃO PREDITIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA PERMANENTE, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A SALA TÉCNICA DO GRUPO GERADOR INSTALADO NO PRÉDIO SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA**, na data, horário e endereço eletrônico acima indicados. A licitação será regida pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do ato normativo 016/2023. Este Pregão será conduzido pelo Pregoeiro e respectiva equipe de apoio designados pela portaria n. 1.983/2025, publicada no DOMP/TO n. 2300 de 12 de dezembro de 2025.

1.2. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

1.2.1. Termo de Referência – **Anexo I**;

1.2.2. Modelo Declaração a que se refere o art. 4º, XI, IN RFB n. 1.234 (somente para a empresa vencedora) – **Anexo II**;

1.2.3. Modelo da Proposta de Preços – **Anexo III**;

1.2.4. Minuta do Contrato – **Anexo IV**;

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão consiste na **contratação de empresa para prestação de serviço especializado em manutenção preditiva, preventiva e corretiva permanente, com fornecimento de peças de reposição para todos os equipamentos que compõem a sala técnica do grupo gerador instalado no prédio sede das Promotorias de Justiça de Araguaína**, conforme quantitativos e especificações descritos no Termo de Referência – **Anexo I**.

2.1.1. **Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.**

2.2. É recomendada a leitura integral deste Edital e seus Anexos, uma vez que a sua inobservância, principalmente no que diz respeito à documentação exigida e à apresentação da proposta, poderá acarretar

respectivamente a inabilitação e a desclassificação da licitante.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Este certame é exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-ME/EPP, desde que as empresas atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estejam previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao PGJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto neste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal n. 8.538/2015.

3.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, disponibilizadas pelo provedor do sistema, com o qual também poderão se informar a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da PGJ/TO por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. A pessoa jurídica que não atender às condições deste edital e seus anexos;

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Agente público do Ministério Público do Estado do Tocantins;

3.5.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição (Lei n. 9.790/1999 e Acórdão n. 746/2014-TCU-Plenário).

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que

disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133/2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.7. A vedação de que trata o item 3.5.7. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021.

4.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

4.3. A partir da verificação de que trata o subitem anterior, constatado o extrapolamento do limite de enquadramento, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

4.3.1. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021.

5. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item** observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

5.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos, em especial o frete, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste edital.

5.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

5.4. O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

5.4.1. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

5.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

5.5.1. Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

5.6. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar n. 123/2006 deverá declarar sua condição em

campo próprio do sistema.

5.7. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

5.8. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

5.9. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.9.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.10. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6.7. O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

6.7.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.7.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73/2022.

7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

7.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

7.6. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 7.7.

7.7. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

7.7.1. Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

7.7.2. Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

7.8. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

7.9. Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.7.

7.10. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.10.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 7.1 deste Edital.

7.11. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.12. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.13. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16. Somente poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.16.1. Havendo empate entre as ofertas, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.17.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade

de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.17.2. Empresas brasileiras;

7.17.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.17.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187/2009.

7.18. Em caso de empate entre as propostas classificadas, após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, será realizado sorteio eletrônico no sistema gov.br/compra, conforme disposto na Instrução Normativa n. 79/2024.

7.18.1. O sorteio será realizado de forma aleatória e pública, sendo a ordem de classificação definida pelo sistema.

7.18.2. A participação no sorteio será obrigatória para todas as propostas empatadas.

7.18.3. O resultado do sorteio será divulgado no sistema gov.br/compra, sendo disponibilizado aos participantes e ao público em geral.

7.18.4. A ata do sorteio conterá a relação das propostas empatadas, a ordem em que foram sorteadas e a data e hora da realização do sorteio.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.1.2. O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.1.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8.2. Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.3. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.3. A proposta de preços deverá conter:

a) Descrição clara e detalhada do produto/serviço ofertado, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo 1 do Edital), de forma a viabilizar a análise de sua conformidade, com indicação do fabricante/marca/modelo, de quantidade, prazo de entrega, de garantia e demais características dos produtos/serviços, no que for aplicável.

a.1) O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos/equipamentos ofertados.

b) Número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação

de endereço eletrônico (e-mail);

c) Indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

d) Indicação de preço em real, com indicação do valor total do item, bem como o valor total da proposta, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

9.1.4. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.1.5. A proposta será desclassificada quando:

a) As especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) Contiver valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.1.6. Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.1.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução do objeto.

9.1.8. Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

9.1.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.2.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.2.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei n. 14.133/2021.

9.3. Se houver indícios de inexecuibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73/2022.

10. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhistas

10.1.1. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional, para pessoas físicas.

10.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e, em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

10.1.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

10.1.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio

ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.

10.1.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.1.6. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

10.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

10.1.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.1.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.2. Requisitos de Habilitação Técnica

10.2.1. Capacidade Técnico-Profissional: Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em nome de Engenheiro Eletricista devidamente registrado no CREA, comprovando a responsabilidade técnica por serviços de manutenção em grupos geradores de potência nominal igual ou superior a 60 kVA.

10.2.1.1. Justificativa para exigência : A manutenção de sistemas de alta potência e automação (USCA) requer conhecimento especializado que transcende a eletricidade predial básica, sendo a potência de 60 kVA o marco técnico para similaridade de complexidade.

10.2.2. Capacidade Técnico-Operacional: Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica, comprovando que a licitante executou serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em grupos geradores e quadros de transferência automática, incluindo análise termográfica.

10.2.2.1. Justificativa para exigência: A exigência de comprovação de aptidão em manutenção preditiva e termográfica é proporcional e pertinente ao objeto, visto que visa prevenir falhas críticas no sistema de emergência energética, protegendo ativos de alto valor e garantindo que a licitante vencedora possua estrutura técnica compatível com a responsabilidade de manter a continuidade das atividades do Ministério Público.

10.2.3. Regularidade Setorial: Certidão de Registro da Empresa no **CREA**, com validade na data de abertura do certame, comprovando a habilitação da pessoa jurídica para a execução de serviços de engenharia elétrica (Art. 67, inciso I).

10.2.3.1. Será considerado integrante do quadro permanente da empresa o profissional que for sócio, diretor, empregado ou responsável técnico da empresa perante o CREA. A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita em cada caso:

a) Sócio: através do Contrato Social e sua última alteração;

b) Diretor: através do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de S/A;

c) Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na Delegacia Regional do Trabalho – DRT;

d) Responsável técnico – cópia da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA onde consta o registro do profissional como responsável técnico.

10.2.3.2. O profissional apresentado em exigência ao subitem **10.2.3.1.** deverá participar, necessariamente, como responsável técnico pela execução dos serviços contratados, sendo admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior.

10.2.3.3. A apresentação da lista mínima de equipamentos de medição e ferramentas para a realização do serviço com emissão de laudo de vistoria pelo gestor do contrato (vide lista no Anexo II). Na lista deverá constar: marca, modelo e quantidade de cada equipamento, a conferência dos equipamentos será realizada após a assinatura do contrato, tendo a contratada 3 (três) dias úteis para a apresentação, sob pena de não o fazer, sofrer as sanções cominadas no edital.

10.3. Qualificação Econômico-Financeira

10.3.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis: Referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

10.3.2. Patrimônio Líquido Mínimo: Comprovação de Patrimônio Líquido (PL) não inferior a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação (valor global do contrato).

10.3.2.1. Justificativa para exigência: A opção pela exigência de Patrimônio Líquido mínimo de 10% do valor global, em substituição aos índices de liquidez, fundamenta-se no Art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a solidez patrimonial da contratada para suportar os custos operacionais e a reposição de peças ao longo dos 60 meses de vigência; tal medida equilibra a segurança do erário ao exigir lastro financeiro real para a execução de um objeto crítico, ao mesmo tempo em que amplia a competitividade do certame ao simplificar os requisitos contábeis e focar na capacidade de solvência de longo prazo da empresa.

10.3.3. Certidão Negativa de Falência: Expedida pelo distribuidor da sede da licitante, para fins de comprovação da inexistência de processos de insolvência.

11. DO RECURSO

11.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

11.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

11.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 11.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

11.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 11.1.2.

11.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

11.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

11.2.2. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias. (art. 168 da Lei n. 14.133/2021).

11.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei n. 14.133/2021.

11.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ASSINATURA ELETRÔNICA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATO

12.1. O licitante vencedor será convocado para assinar eletronicamente a ata de registro de preços e/ou contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

12.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar eletronicamente o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 12.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

12.2.1. O prazo para assinatura eletrônica estabelecido no item 12.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do fornecedor, apresentada tempestivamente dentro do prazo inicial de assinatura e aceita pela Administração.

12.2.2. A assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato será realizada exclusivamente por meio

eletrônico, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informações – SEI. O licitante vencedor deverá providenciar seu cadastro como usuário externo no SEI, caso ainda não o possua, para viabilizar a assinatura eletrônica.

12.2.3. Caso a licitante vencedora convocada não assine eletronicamente da ata de registro de preços e/ou contrato no prazo estabelecido no item 12.1, é facultado à Administração, por intermédio do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

12.3. Por ocasião da assinatura eletrônica da ata de registro de preços e/ou contrato, a Administração verificará, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e se atende ao disposto nos §§ 2º e 4º do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, pelo e-mail cpl@mpto.mp.br.

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico do MPTO, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO VALOR ESTIMADO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - A despesa estimada para a execução do objeto desta licitação será no valor de **R\$ 43.286,04 (quarenta e três mil duzentos e oitenta e seis Reais e quatro centavos)**, e será consignada no seguinte detalhamento orçamentário:

-Unidade Gestora: 070100 - Procuradoria-Geral de Justiça.

-Ação: 03.091.1170.1082 - Adequação Física e Mobiliária das Unidades do Ministério Público.

-Natureza da Despesa: 3.3.90.39- Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

-Fonte: 500 - Recursos Não Vinculados de Impostos.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da PGJ/TO, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PGJ/TO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PGJ/TO.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1].

15.10. As Sanções administrativas, regime de execução, fiscalização e gestão bem como os critérios de pagamentos estão dispostos no Termo de Referência.

Palmas-TO, 27 de maio de 2026.

Ricardo Azevedo Rocha

Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo de Referência trata-se de contratação de empresa para prestação de serviço especializado em manutenção preditiva, preventiva e corretiva permanente, com fornecimento de peças de reposição para todos os equipamentos que compõem a sala técnica do grupo gerador instalado no prédio sede das Promotorias de Justiça de Araguaína. O serviço especializado deve incluir, também, as medições de grandezas elétricas com analisadores de energia elétrica e temperatura (Termografia), em equipamentos de transformação, medição e proteção, grupo gerador, painéis e quadros de baixa tensão instalados na sala técnica do grupo gerador, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Especificação Detalhada do Objeto

Item	Especificação	Grupo Catser	Item/Catser	Un.	Valor Mensal	Valor Total Anual
1	Serviço especializado em manutenção preditiva, preventiva e corretiva permanente, com fornecimento de peças de reposição para todos os equipamentos que compõem a sala técnica do grupo gerador (450kVA) instalado no prédio sede das Promotorias de Justiça de Araguaína.	871	2356 - Manutenção de Grupos Diesel Gerador de Emergência	SV	R\$ R\$ 3.607,17	R\$ 43.286,04

a) Manutenção nas Promotorias de Justiça de Araguaína: Sala técnica composta por:

- 1 (um) quadro de distribuição geral,
- 1 (um) quadro de distribuição automático,
- 1 (um) quadro de distribuição para alimentação do gerador e
- 1 (um) grupo gerador de 450KVA com unidade de controle de corrente alternada - USCA - DSE.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Federal n. 10.818/2021, adotado no âmbito do MPTO pelo Ato PGJ n. 036/2022.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, haja vista que podem ser estipulados padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, de acordo com a definição constante do inciso XIII, do art. 6º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5. Os serviços são enquadrados como continuados, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.6. A contratação terá vigência inicial de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogada até o limite de dez anos nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, dado que o objeto caracteriza-se como serviço continuado indispensável à manutenção da atividade administrativa (art. 6º, XV). Eventuais reajustamentos anuais de preços serão formalizados mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo legalmente, desde que demonstrada a manutenção da vantajosidade para a Administração.

1.7. O Catálogo de Serviços (CATSER) e o Catálogo de Materiais (CATMAT) possuem limitações e suas descrições nem sempre atendem as especificidades das aquisições do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO). Caso haja divergência entre as especificações do CATSER/CATMAT e do TR, prevalecerão as especificações que constam do Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO) para garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos de Tecnologia da Informação, no caso de interrupção do fornecimento de energia, possui um grupo gerador de 450 kVA, fabricante MWM - 9SGD45060019, número de série DSWA00594, instalado no prédio sede das Promotorias de Justiça de Araguaína, no endereço: Av. Filadélfia, quadra 205-A, Lote A, 360, Centro, CEP: 77813410 - Araguaína/TO.

2.2. Para o bom funcionamento dos referidos bens públicos e o prolongamento de sua vida útil tem-se a necessidade de realização de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva, preditiva e corretiva de todos os equipamentos que compõem a sala técnica do grupo gerador, inclusive com fornecimento, instalação, substituição e reposição de peças, materiais, equipamentos, instrumentos e outros insumos que se fizerem necessários.

2.3. Os serviços a serem realizados visam garantir a alimentação elétrica segura e contínua aos mesmos, permitindo o desenvolvimento das atividades pelos integrantes lotados na sede das Promotorias de Justiça de Araguaína, sobretudo aquelas consideradas críticas, cuja interrupção no fornecimento de energia elétrica, mesmo que momentânea, além de ocasionar inúmeros transtornos diretos na área meio e fim desta Instituição, acarreta falha nos equipamentos com o descarregamento dos nobreaks e o desligamento abrupto de servidores de informática, incluindo o risco de perda de dados, danos aos equipamentos, entre outros prejuízos que afetam diretamente o andamento normal das diversas atividades desempenhadas pelo MPTO.

2.4. Em sendo assim, a manutenção preventiva, preditiva e corretiva permite o adequado funcionamento do grupo gerador, evitando interrupções no fornecimento de energia elétrica, mesmo com falha e/ou suspensão por parte da concessionária, bem como previne panes pela aplicação de rotinas de manutenção planejada, periódicas, com inspeções, revisões, atuando corretivamente, se necessário, em componentes desgastados, danificados ou com mal funcionamento, a fim de garantir confiabilidade aos equipamentos, trazendo maior segurança para o andamento das atividades desempenhadas pelo MPTO, notadamente, aquelas às quais o fornecimento de energia elétrica contínua é imprescindível à sua plena realização.

2.5. Nesse sentido, é fundamental que todos os sistemas computacionais, estruturas de comunicação de dados e estações de usuários sejam mantidos operacionais, devendo-se para tal, ser provida a alimentação elétrica segura e contínua aos mesmos, dentro de parâmetros preestabelecidos.

3. ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA

3.1. Aos Objetivos Estratégicos do PEI-MPTO-2020-2029:

3.1.1. A pretensa contratação alinha-se ao(s) seguinte(s) objetivo(s) estratégico(s) do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins (PEI-MPTO 2020-2029), nos termos da Resolução CPJ n. 006, de 5 de agosto de 2020:

a) Melhorar os resultados da atuação finalística promovendo infraestrutura adequada.

3.2 Previsão no PCA

3.2.1. A necessidade em questão consta do Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, da seguinte forma:

Identificador da Futura Contratação (PNCP)	N. DFD	Grupo/Classe Catmat/Catser	Descrição da Necessidade	Data Conclusão da Fase Externa da Contratação	Valor Total Estimado
925892-52/2026	201/2025	4081 - Prestação de serviços temporários	Serviços de manutenção de grupo gerador	02/03/2026	R\$ 66.000,00

Fonte: Plano Anual de Contratações e Padronização, disponível no Portal da Transparência do MPTO, acesso em 20.02.2026.

3.3. Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS)

3.3.1. O Plano de Logística Sustentável ainda não foi estabelecido pelo Órgão. Subsidiariamente, serão adotados os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN SLTI-MPGO) n. 01/2010, em obediência ao que determina o art. 144, da Lei n. 14.133/21. Assim, deverão ser observados, sempre que aplicável, requisitos ambientais, tais como:

a) a adoção pela empresa contratada de práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto em lei;

b) o compromisso com o meio ambiente e o respeito à legislação ambiental pelos fabricantes dos itens objetos da aquisição;

c) Observância à Lei Federal n. 12.305/2010 para a destinação ambiental adequada dos resíduos sólidos gerados pela troca dos equipamentos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução consiste na contratação de serviços contínuos de engenharia especializada, abrangendo as manutenções preditiva, preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças e insumos. O escopo foca na garantia da integridade operacional do Grupo Motor Gerador (450 kVA) e de toda a infraestrutura da sala técnica (quadros de distribuição e USCA) das Promotorias de Justiça de Araguaína.

4.2. A estratégia de manutenção adotada visa mitigar riscos de interrupção nas atividades finalísticas do MPTO, assegurando a continuidade do fornecimento elétrico e a proteção de ativos críticos de TI (servidores e nobreaks) contra desligamentos abruptos e perda de dados.

4.3. Com fulcro no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a modalidade de licitação eleita é o Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento por menor preço, conforme rito estabelecido pelos Art. 6º, XLI, e Art. 28, I, da Lei nº 14.133/2021. Tal escolha justifica-se pela natureza de serviço comum de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo mercado através de especificações usuais e normas técnicas (ABNT/NBR).

4.4. A modelagem contratual prevê o uso de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), vinculando o pagamento ao nível de serviço efetivamente entregue (SLA), o que garante maior eficiência administrativa e controle sobre a disponibilidade dos equipamentos, em consonância com o princípio da eficácia e do interesse público.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos Internos

5.1.1. A contratação envolve o fornecimento de mão de obra especializada para realização de manutenções mensais preventivas, preditivas e corretivas de todos os equipamentos que compõem a sala técnica do grupo gerador de 450 kVA.

5.1.2. O serviço será realizado por demanda programada por meio de planilha com o cronograma das manutenções contratadas por empresa especializada;

5.1.3. Poderão participar diversas empresas do segmento, circunstância que permite, portanto, melhor seleção;

5.1.4. O serviço terá garantia pela contratada;

5.1.5. A empresa será responsável pela realização periódica dos serviços preventivos, preditivos e corretivos, bem como no fornecimento, instalação, substituição e reposição de peças, materiais, equipamentos, instrumentos e outros insumos que se fizerem necessários, programado e sob demanda, cujo valor total anual da contratação engloba todo contrato sem acréscimos de valores;

5.1.6. Os serviços de manutenção deverão ser executados por técnicos qualificados, em horário comercial e em dias úteis, desde que não acarretem riscos ao funcionamento e à segurança da Contratante;

5.1.7. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser realizados mediante solicitação da Contratante para sanar falhas no funcionamento do equipamento;

5.1.8. Na manutenção preventiva e/ou corretiva em que for detectada necessidade de substituição de peças fora do previsto no Termo de Referência, a Contratada deverá fornecer em planilha detalhada a descrição das peças necessárias, devendo ofertar proposta comercial das referidas peças. Após fornecidas as peças e componentes pela Contratante, a Contratada deverá executar as devidas substituições;

5.1.9. Os serviços de substituições ou reparos necessários correrão por conta exclusiva da Contratada, exceto aqueles decorrentes de negligência, maus tratos e uso indevido ou abusivo desde que comprovadamente caracterizado;

5.1.10. A Contratada deverá manter suporte em Araguaína-TO e via telefone para atendimento, visando eventuais esclarecimentos de dúvidas quanto à operação dos equipamento, com o(s) responsável(is) técnico(s), em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas para atender chamados de emergência da Contratante;

5.1.11. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado para este fim;

5.1.12. A Contratada deverá reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, as peças dos equipamentos em que se verifiquem vícios ou defeitos resultantes da execução dos serviços;

5.1.13. Durante a realização dos serviços, o gestor do contrato poderá solicitar a substituição dos equipamentos, ferramentas ou produtos usados pela Contratada, se estes forem prejudiciais ao ambiente da sede das Promotorias de Justiça de Araguaína;

5.1.14. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser por ele submetidas à Autoridade Superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;

5.1.15. A Contratada deverá manter contato permanente com o gestor do contrato, que exercerá fiscalização permanente sobre os serviços, objetivando manter elevado padrão de qualidade dos materiais e serviços executados;

5.1.16. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5.2. Requisitos de Manutenção

5.2.1. Conforme se observa a solução é a contratação de empresa para executar serviços em manutenção preventiva, preditiva e corretiva do grupo gerador;

5.2.2. Consultorias de Análise de Cargas e Termografia: Sempre que necessário e solicitado deverá ser efetuada medições com analisadores de energia e temperatura do Gerador, Quadro Geral e de Transferência Automática, para estudos de melhorias e possíveis aumentos de carga no sistema elétrico do prédio. Incluindo estudos de troca dos transformadores, disjuntor, e grupo gerador para possível aumento de carga;

5.2.3. Manutenções Preditivas (Definição (NBR 5462): manutenção que permite garantir uma qualidade de serviço desejada, com base na aplicação sistemática de técnicas de análise, utilizando-se de meios de supervisão centralizados ou de amostragem, para reduzir ao mínimo a manutenção preventiva e diminuir a manutenção corretiva;

5.2.4. Manutenções Preventivas (Definição (NBR 5462): manutenção efetuada em intervalos predeterminados, ou de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a

degradação do funcionamento de um item;

5.2.5. Manutenções Corretivas (Definição (NBR 5462): manutenção efetuada após a ocorrência de uma pane destinada a recolocar um item em condições de executar uma função requerida;

5.3. Requisitos de Sustentabilidade

5.3.1. Em atendimento ao disposto na norma IN SLTI/MP n. 01/2010, a contratada para prestar os serviços deverá priorizar a utilização de bens que sejam - no todo ou em partes - compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis, além de promover o descarte ecologicamente correto dos materiais substituídos;

5.3.2. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);

5.3.3. Priorizar o emprego de mão de obra e materiais de origem local para execução dos serviços;

5.3.4. Fornecer aos seus empregados Equipamentos de Proteção Individual (EPI), de acordo com o que consta na Norma Regulamentadora n. 6 do MTE, adequados ao tipo e ao risco do serviço a ser executado, e em perfeito estado de conservação e funcionamento, observadas em relação àqueles, rigorosamente, as normas a seguir estabelecidas:

- a) Fornecer o tipo de equipamento adequado à atividade empregada;
- b) Fornecer ao empregado somente equipamento aprovado e certificado pelos órgãos competentes;
- c) Fornecer a instrução necessária sobre o seu uso adequado;
- d) Tornar obrigatório e fiscalizar o seu uso;
- e) Substituí-lo, imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- f) Responsabilizar-se pela sua higienização e manutenção periódica.

5.3.5. A Contratada será responsável por efetuar a coleta e o descarte das peças, acessórios, materiais e insumos, seus resíduos e embalagens oriundos da contratação de acordo com a Lei Federal n. 12.305/2010^[1] e ABNT NBR 10004^[2].

5.3.6. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizam sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA n. 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

5.3.7. A licitante contemplada deverá responsabilizar-se por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos sólidos, líquidos e derivados, nos locais das manutenções, removendo e destinando-os a locais próprios, sem custos para o contratante;

5.4. Requisitos Técnicos

5.4.1. A contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados com certificado reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) para a execução do serviço descrito neste.

5.4.2. Formação Técnica em elétrica com conhecimento de automação ou técnico de automação com conhecimento em elétrica.

5.4.3. Formação técnica em Mecânica com conhecimento em motores de Grupo Gerador a Diesel.

5.4.4. Além dos pontos acima, a empresa vencedora deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento nas áreas de elétrica, eletrônica e mecânica diesel para a prestação do serviço.

5.5. Da Subcontratação

5.5.1. Os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, e o monitoramento remoto,

objeto desta contratação, não poderão ser subcontratados.

5.5.2. Justificativa para a vedação da subcontratação:

A subcontratação, parcial ou total, é vedada neste certame com fundamento no art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, visto que a contratação envolve serviço especializado de natureza crítica que exige responsabilidade técnica unificada sobre o ecossistema de energia de emergência das Promotorias de Justiça de Araguaína. O objeto é tecnicamente indivisível, pois a performance global depende da integração indissociável entre o motor diesel, o alternador e a Unidade de Supervisão de Corrente Alternada (USCA), exigindo que a empresa habilitada execute diretamente os serviços para garantir o controle de qualidade e evitar a diluição da responsabilidade técnica em caso de falha catastrófica. Tal restrição (*intuitu personae*) justifica-se pela necessidade de proteger ativos de TI estratégicos e garantir a continuidade da missão institucional do Ministério Público, mitigando riscos que poderiam ser potencializados pela fragmentação da execução por terceiros.

5.6. Da Vistoria

5.6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá agendar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor da DEOMP designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 11:00 horas, e das 14:00 horas às 17:00 horas.

5.6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.6.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil, ou cédula de identidade profissional emitida pelo CREA, e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.6.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.7. Garantia da contratação:

5.7.1. Não haverá exigência de prestação de garantia para esta contratação, conforme faculdade prevista no Art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021, visto que a natureza comum dos serviços e o modelo de pagamento *a posteriori* mitigam o risco de prejuízo ao erário, tornando o ônus administrativo da custódia de valores desproporcional ao benefício; ademais, a dispensa visa ampliar a competitividade do certame ao reduzir os custos indiretos das licitantes, estando a Administração resguardada pela aplicação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e pelas cláusulas sancionatórias previstas neste Termo de Referência.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Regime de Execução e Início dos Serviços

6.1.1. O prazo de início da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência terá início em até 10 (dez) dias corridos contados da data de assinatura do contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço do MPTO, sendo vedado o início dos trabalhos sem a devida autorização formal da Contratante.

6.1.2. A execução contratual dar-se-á por meio da prestação de serviço especializado em manutenção preditiva, preventiva e corretiva permanente, com fornecimento de peças de reposição para todos os equipamentos que compõem a sala técnica do grupo gerador (450kVA) instalado na sede das Promotorias de Justiça de Araguaína, programado e sob demanda. O valor contratual é global e engloba todos os custos e indiretos envolvidos na execução dos serviços, incluindo materiais, insumos, peças e baterias de reposição,

mão de obra, deslocamentos, transportes, tributos, impostos, emolumentos e quaisquer outros custos operacionais, bem como todos os encargos referentes aos serviços.

6.2. Rotina de Manutenção Preventiva e Preditiva

6.2.1. As manutenções preditiva e preventiva deverão seguir o cronograma mensal aprovado pela fiscalização, preferencialmente em dias úteis e horário comercial (08h às 18h).

6.2.2. A Contratada deverá fornecer, em formato digital, todos os registros e laudos obtidos nas medições de energia, temperatura (termografia) e demais aferições técnicas realizadas em cada ciclo de manutenção mensal, bem como sempre que solicitado pela fiscalização. Os relatórios deverão conter, no mínimo: data, técnico responsável, equipamentos inspecionados, valores medidos, irregularidades detectadas, providências adotadas e recomendações técnicas.

6.2.3. As manutenções preditivas e preventivas deverão ser realizadas de acordo com o Manual e Plano de Manutenções, constante do Anexo I deste Termo de Referência, respeitando as periodicidades, procedimentos e normas técnicas nele estabelecidas, e utilizando, no mínimo, os equipamentos e instrumentos listados no Anexo II deste instrumento, cujas marcas, modelos e quantidades deverão ser apresentados pela Contratada à fiscalização.

6.2.4. Sempre que os testes ou intervenções oferecerem risco de interrupção no fornecimento de energia, o serviço deverá ser reprogramado para horários de menor impacto, sem ônus adicional ao MPTO.

6.3. Atendimento à Manutenção Corretiva (SLA)

6.3.1. Deverá ser efetuada a Manutenção Corretiva para regularizar anormalidades de funcionamento de todos os equipamentos que compõem a sala técnica do grupo gerador, substituindo ou reparando, segundo critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, e mecânicos, necessários à recolocação dos sistemas em condições normais de funcionamento;

6.3.2. Os atendimentos para a manutenção corretiva ocorrerão a qualquer tempo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, quando demandado pela fiscalização do contrato. Assim, os atendimentos poderão ocorrer fora do horário normal de expediente, inclusive nos finais de semana, dependendo da relevância do equipamento. A fiscalização, em conjunto com a contratada, avaliará a urgência de cada chamado e o prazo adequado para atendimento, conforme os indicadores estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

6.3.3. O tempo de resposta (atendimento no local) e o tempo de solução deverão observar estritamente os prazos fixados no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), sob pena de glosa no pagamento mensal.

6.3.4. Em casos emergenciais (ausência de rede e falha na partida do gerador), o atendimento técnico presencial deverá ocorrer em no máximo 2 (duas) horas após o chamado.

6.4. Política de Substituição de Peças

6.4.1. Havendo a necessidade de substituição de equipamentos ou componentes que não estiverem relacionados na lista de peças disposta no Anexo III, que integra o Termo de Referência, também será de responsabilidade da Contratada o fornecimento de peças cujo valor unitário for igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do valor mensal do contrato.

6.4.2. Havendo necessidade de troca de peças cujo valor unitário exceder a 20% (vinte por cento) do valor mensal do contrato, deverá a Contratada apresentar à Contratante, em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o atendimento técnico, um orçamento detalhado e quantificado por unidade, com clareza nas especificações, de modo a permitir a PGJ-TO solicitar orçamentos a outras empresas do ramo, podendo optar, dessa forma, entre a aquisição no mercado ou da Contratada, observados os trâmites legais;

6.4.3. As peças só poderão ser substituídas por outra nova, com garantia mínima de 6 (seis) meses e em conformidade com as recomendações do fabricante do equipamento. É vedada a utilização de peças reconcondicionadas, remanufaturadas ou de procedência duvidosa.

6.4.4. Será de responsabilidade da Contratada o fornecimento dos materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como: materiais de limpeza, de lubrificação, estopas, soldas,

espumas para vedação, produtos de pinturas, fitas isolantes e demais insumos técnicos, sem qualquer ônus adicional à Contratante.

6.4.5. As peças, componentes ou serviços que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos ou reexecutados pela Contratada, sem qualquer custo para a Contratante, por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos dos itens originalmente utilizados, conforme as especificações técnicas do fabricante.

6.4.6. Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens, peças ou serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da notificação ou, nos casos de retirada física do equipamento das dependências da Administração, da data de sua retirada pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6.4.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6.4.8. Caso o reparo exija a retirada física do equipamento das dependências do MPTO, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.4.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.4.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.5. Garantia Técnica e Suporte

6.5.1. A Contratada deverá garantir os serviços executados e os materiais/peças fornecidos, assegurando que os equipamentos da sala técnica do grupo gerador permaneçam em perfeitas condições de operação, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante durante o período de garantia.

6.5.2.. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.5.3. O prazo mínimo de garantia dos serviços executados é de 90 (noventa) dias, conforme art. 26, II, da Lei Federal n. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), podendo ser ampliado por força de garantia convencional ofertada pela Contratada, prevalecendo sempre o prazo mais favorável à Administração.

6.5.4. Durante toda a vigência contratual, a empresa deverá fornecer garantia pelos serviços executados. No tocante às peças, baterias, equipamentos, instrumentos e outros materiais valerá a garantia do fabricante e, na ausência deste, da Contratada.

6.5.5. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6.6. Do local de execução dos serviços:

6.6.1. Os serviços deverão ser prestados no local onde os equipamentos estão instalados: Sede das Promotorias de Justiça de Araguaína, situada na Av. Filadélfia, quadra 205-A, Lote A, 360, Centro, CEP: 77813410 - Araguaína/TO. Qualquer eventual necessidade de remoção de equipamentos para execução de serviços externos deverá ser previamente autorizada pela fiscalização, correndo os custos de transporte por conta exclusiva da contratada.

6.7. Da vigência do Contrato:

6.7.1. A contratação terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogada até o limite decenal conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, dado que o objeto constitui serviço continuado para manutenção da atividade administrativa (art. 6º, XV). Eventuais reajustamentos anuais de preços serão formalizados pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade para a Administração. , uma vez que os serviços previstos no certame são de natureza continuada, pois se prestam à manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes e prolongadas, nos termos do art. 6º, XV, da citada Lei de Licitações.

6.7.2. Haverá na prorrogação contratual cláusula de rescisão antecipada, condição sine qua non para a sua renovação, caso exista modelo de contratação (facilities) em etapa de estudos técnicos e/ou mesmo em fase de licitação/contratação nesta PGJ-TO.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada

7.1.1. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento;

7.1.2. Não consentir que outrem, mesmo que da própria Administração, execute os serviços aos quais se obriga, salvo em situação de emergência que possa causar danos ou perda total do equipamento;

7.1.3. Sugerir medidas visando ao aperfeiçoamento da execução dos serviços;

7.1.4. Utilizar pessoal devidamente habilitado para os serviços contratados, correndo, por sua conta, quaisquer despesas de contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, seguros, cursos e outros, dos seus empregados;

7.1.5. Manter completos os equipamentos, peças e componentes da subestação e grupo gerador;

7.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratante;

7.1.7. Trabalhar junto com o gestor do contrato a possibilidade de se manter um estoque mínimo de peças de maior desgaste visando não interromper a utilização de equipamentos estratégicos;

7.1.8. Atender prontamente, no horário regular de funcionamento, compreendido entre **7h30min e 19h00min**, bem como em **regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas**, inclusive aos sábados, domingos e feriados, às solicitações da Contratante encaminhadas por meio telefônico, para atendimento de qualquer ocorrência de pane nos equipamentos, observando-se integralmente o disposto no subitem 5.1.10;

7.1.9. Atender prontamente o chamado técnico a qualquer hora do dia ou da noite todos os dias da semana, nos casos de falta de energia elétrica da concessionária quando o grupo gerador não entrar em funcionamento;

7.1.10. Os custos de mão-de-obra e com os deslocamentos para os serviços corretivos deverão estar incluídos no valor mensal cobrado. A execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva, fora do horário normal, em sábados, domingos ou feriados, não ensejará à prestadora de serviço o direito de recebimento de quaisquer valores adicionais;

7.1.11. Apresentar à PGJ-TO, até 5 (cinco) dias úteis após o término de cada mês, para efeito de comprovação e aceitação, o formulário próprio de acordo com os relatórios de inspeções, contendo as especificações dos serviços efetuados, o horário inicial e final da execução dos mesmos, o dia, nome do técnico que os prestou, bem como quaisquer outras informações pertinentes;

7.1.12. Os serviços de manutenção preventiva e preditiva, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos em horário comercial definido em um cronograma, realizado pela contratada e aprovado pela contratante, com o horário mínimo de 20h/mês (vinte horas mês). Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento de energia elétrica ou qualquer problema ao normal funcionamento do prédio da PGJ-TO, os serviços deverão ser previamente programados para outros horários e dias, após comunicação formal;

7.1.13. Os serviços de assistência técnica de rotina da manutenção preventiva poderão, a

critério da PGJ-TO, ser deslocados para outros horários (noturno ou dias não úteis) caso a sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos realizadas em horário de expediente normal;

7.1.14. Por ocasião da efetiva prestação dos serviços, deverá a empresa dispor do aparelhamento técnico e ferramental para os testes, reparos e substituições que se fizerem necessários conforme lista mínima dos equipamentos do Anexo II;

7.1.15. Por ocasião da efetiva prestação dos serviços, deverá a empresa dispor de gerador de energia, de no mínimo 3kVA, para atender as cargas que não podem sofrer interrupção no fornecimento de energia elétrica nos casos em que o grupo gerador não entrar em operação. O combustível (gasolina ou diesel), consumido para manter o gerador funcionando durante a prestação do serviço, será de responsabilidade da contratada;

7.2. Obrigações da Contratante (PGJ-TO)

7.2.1. Acompanhar, permanentemente, a execução dos serviços ajustados, por intermédio de um servidor com habilitação técnica, Engenheiro Eletricista, indicado pela Diretoria Geral, ao qual caberá atestar as faturas apresentadas em até 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento;

7.2.2. Comunicar, imediatamente, à Contratada qualquer irregularidade observada no funcionamento da subestação e dos grupos geradores;

7.2.3. Só permitir o acesso à subestação e a interferência na aparelhagem, às pessoas habilitadas e devidamente autorizadas pela PGJ-TO, que se identificarão com o cartão de identidade funcional;

7.2.4. Não consentir na utilização da subestação como depósito de material de qualquer espécie e manter o espaço e demais dependências livres e desembaraçadas;

7.2.5. Não alterar ou trocar peças e componentes sem consentimento da contratada;

7.2.6. Zelar pelo bom uso dos equipamentos, a fim de prevenir danos causados por negligência ou mau uso;

7.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

7.2.8. Comunicar à contratada qualquer irregularidade constatada na execução do objeto do contrato;

7.2.9. Pagar à contratada, após o recebimento definitivo do objeto contratual pelo servidor designado para a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato.

7.2.10. Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias, observado o direito ao contraditório e a ampla defesa e devido processo legal;

7.2.11. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

7.2.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feito pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei de regência, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A gestão e fiscalização do contrato será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) da Lei n. 14.133/2021 e nos termos do Ato PGJ n. 018/2023^[3], publicada no DOMP n. 1658, de 30/03/2023.

8.3. As comunicações entre o MPTO e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, e será exercida por servidores designados por ato da contratante, a

quem incumbirá acompanhar a gestão e execução dos serviços contratados, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme ato interno específico.

8.4.1. Caberá ao Gestor do Contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e de acompanhamento da execução contratual, e dos atos preparatórios à instrução processual, ao encaminhamento da formalização dos procedimentos de competência da Área de Contratos^[4], ao pagamento, à comunicação de ocorrência de infrações administrativas, à extinção dos contratos, dentre outros;

8.4.2. Caberá ao Fiscal técnico o acompanhamento do contrato para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

8.4.3. Caberá ao fiscal administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais em relação às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como o controle das revisões, reajustes, repactuações, atesto e pagamento das faturas e providências tempestivas quando do inadimplemento do contratado;

8.5. O Gestor e Fiscais terão poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas estabelecidas para o objeto/serviço e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Gestão e Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de seu encargo.

8.6. Das decisões do Gestor e Fiscais do contrato, poderá a contratada recorrer à Contratante, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação.

8.7. A gestão e fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a lei.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A contratada poderá ser responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no art. 155, da Lei n. 14.133/2021, ficando sujeita à aplicação das seguintes sanções:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2. Para aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos arts. 156 a 163 da Lei n. 14.133/2021, mediante regular processo administrativo e assegurando ao contratado infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9.3. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao infrator, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.3.2. Multa compensatória, em caso de inexecução parcial (art. 155, I e II, Lei 14.133/2021), até o limite de 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado;

9.3.3. Multa moratória de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infrações tipificadas no art. Art. 155, VI e VII, da Lei 14.133/2022, limitado a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.

9.3.4. Multa compensatória, em caso de inexecução total (art. 155, III. Lei 14.133/2021), até o

limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor contratado;

9.3.5. Impedimento de licitar e contratar com a PGJ-TO, pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos casos das infrações tipificadas no art. 155, II, III, V e VI, da Lei n. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados, nos casos das infrações tipificadas no art. 155, VIII, IX, e XII, da Lei n. 14.133/2021, nos casos em que se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.4. Quando aplicadas as multas aqui previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

9.5. As sanções descritas nos itens 9.1.1. (Advertência), 9.1.3. (impedimento de licitar e contratar) e 9.1.4. (Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 9.1.2. (multa), sendo que a aplicação de uma não exclui a de outra, nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal n. 14.133/2021.

9.6. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

9.7. Na aplicação das sanções serão considerados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade:

9.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.7.3. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.8. A Contratada será notificada a recolher aos cofres do erário a importância das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

10. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO/SERVIÇO

10.1. O recebimento provisório será mediante a entrega da nota fiscal/fatura acompanhada dos Relatórios de Atendimento Técnico pela Fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade.

10.2. O recebimento definitivo, em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

10.3. O recebimento provisório ou definitivo do serviço não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.3.1. A Contratada será responsável integralmente pela reposição e indenização por danos causados aos equipamentos pertencentes a PGJ-TO e que estejam sob sua responsabilidade.

10.3.2. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.

10.4. Caso a Contratada apresente os documentos/comprovantes parcialmente ou com inconsistências, será notificada pelo fiscal, interrompendo-se o prazo para recebimento definitivo. O novo prazo começará a ser contado a partir da entrega da documentação complementar.

10.5. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações contratuais e legais, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, bimestralmente e/ou sempre que solicitado pela Administração, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, para posterior avaliação e homologação dos serviços prestados, os seguintes documentos:

- a) Relatórios de Atendimentos Técnicos: deverão ser entregues todos os relatórios correspondentes aos atendimentos de manutenção preventiva, preditiva e/ou corretiva ocorridos no mês de referência, devidamente revisados pelo Fiscal do Contrato;
- b) ART do responsável pelo contrato;
- c) Nota fiscal/fatura de prestação de serviços;
- d) Eventual Nota Fiscal das peças, equipamentos, instrumentos, dispositivos, mecanismos, materiais, baterias e insumos efetivamente fornecidos/entregues quando da necessidade de reposição, substituição e instalação, decorrentes das manutenções preventivas, preditivas e corretivas, inclusive aqueles faltantes, desde que, devidamente autorizadas pela fiscalização do contrato.

10.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, Edital e Contrato, devendo ser corrigidos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

11.1.2. Conforme a Instrução Normativa n. 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Seu principal objetivo é a busca da eficiência e eficácia com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitam e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

11.1.3. Apuração: A Contratada deverá atingir a meta de realização dos serviços objeto da contratação. Caso as metas não sejam alcançadas, a gestão do contrato fará os cálculos necessários para fixar a faixa de desconto de pagamento, conforme a tabela de indicadores apresentada ao final deste item.

11.1.4. Forma de avaliação: Os serviços efetuados pela Contratada serão objeto de controle da fiscalização e da gestão do contrato, de modo a verificar sua adequação às exigências previstas no instrumento contratual. Mensalmente, caso tenha ocorrido descumprimento de indicador do IMR, a gestão do contrato fará o cálculo do percentual de desconto que incidirá sobre o preço mensal do contrato, e encaminhará à Contratada para conhecimento do valor a ser recebido no mês. A gestão do contrato poderá reverter a aplicação do desconto caso a Contratada comprove que o descumprimento do indicador decorreu de fator alheio à sua atuação.

11.1.5. Sanções: a aplicação de desconto no pagamento em virtude de não atingimento de níveis mínimos de qualidade do serviço consiste em instrumento de gestão contratual, não configurando sanção. Contudo, o Contratante poderá, pela reiteração ou gravidade em descumprimentos de indicadores do IMR, aplicar sanções, conforme especificado em campo próprio na tabela de indicadores e mediante procedimento próprio para tanto.

IMR - TABELA DE INDICADORES	
Indicador n. 1	Quantidade de interrupções no funcionamento do gerador por problema do equipamento
Finalidade	Garantir a segurança e operacionalidade dos equipamentos.
Meta a cumprir	Equipamento estar plenamente operante quando for necessário.
Tipo de ocorrência	Não funcionamento do equipamento quando este for necessário, ou interrupção do seu funcionamento enquanto estiver operando, em razão de insuficiência nos serviços de manutenção preventiva. A Contratada deverá comprovar caso o não funcionamento do equipamento seja decorrência de fator alheio a sua atuação.
Forma de aferição	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
Percentual de desconto	Desconto de 5% do valor mensal por ocorrência sucedida dentro do mês.
Sanções	<p>a) Duas ocorrências consecutivas, ou duas ocorrências a cada quatro situações de necessidade - Advertência.</p> <p>b) Três ocorrências consecutivas, ou três ocorrências a cada cinco situações de necessidade - Multa de 10% do valor mensal.</p> <p>c) Quatro ocorrências consecutivas, ou quatro ocorrências a cada seis situações de necessidade - Avaliar possibilidade de rescisão contratual</p>

Indicador n. 2	Execução de manutenção preventiva no mês
Finalidade	Garantir um bom estado de conservação e funcionamento dos equipamentos.
Meta a cumprir	Executar a manutenção preventiva no mês.
Tipo de ocorrência	Não executar a manutenção preventiva no mês (exceto se o Contratante solicitar que seja realizada no início do mês seguinte).
Forma de aferição	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato
Faixas de pagamento	Desconto de 20% do valor mensal por ocorrência sucedida dentro do mês
Sanções	<p>a) Não executar a manutenção preventiva no mês - Advertência.</p> <p>b) Não executar a manutenção preventiva no mês por dois meses consecutivos ou em dois meses no intervalo de quatro meses - Multa de 10% do valor mensal.</p> <p>c) Não executar a manutenção preventiva no mês em três meses consecutivos ou em três meses no intervalo de cinco meses - Avaliar possibilidade de rescisão contratual.</p>

Indicador n. 3	Prazo para atendimento da solicitação de manutenção corretiva
Finalidade	Garantir que o atendimento em caso de falhas nos equipamentos seja efetuado de forma ágil.
Meta a cumprir	Atender as solicitações de manutenção corretiva no prazo estabelecido (até o dia útil seguinte à solicitação).
Tipo de ocorrência	Não atender solicitação de manutenção corretiva dentro do prazo estabelecido.
Forma de aferição	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
Percentual de desconto	<p>a) Não atender demanda de manutenção corretiva dentro do prazo estabelecido - Desconto de 10% do valor mensal por ocorrência sucedida dentro mês .</p> <p>b) Atender demanda de manutenção corretiva em prazo superior ao prazo estabelecido - Desconto de 5% do valor mensal por dia útil de atraso ocorrido dentro do mês (cumulativo ao desconto relativo à ocorrência do atraso).</p>
Sanções	<p>a) Não atender, por duas vezes em um mesmo mês, a demanda de manutenção corretiva no prazo previsto - Advertência.</p> <p>b) Receber desconto por atraso acima de 20% no mês - Advertência.</p> <p>c) Receber, por duas vezes no intervalo de 4 meses, desconto por atraso acima de 20% no mês - Multa de 10% do valor mensal.</p> <p>d) Receber, por três vezes no intervalo de 6 meses, desconto por atraso acima de 20% no mês - Avaliar possibilidade de rescisão contratual.</p>

Indicador n. 4	Prazo para resolução de problemas na manutenção corretiva
Finalidade	Assegurar que os equipamentos sejam recolocados de forma tempestiva em perfeito funcionamento em caso de defeitos.
Meta a cumprir	Resolver até o dia útil seguinte o problema detectado (caso não seja necessária substituição de peça) e resolver em até 5 dias úteis o problema detectado (caso seja necessária substituição de peça).
Tipo de ocorrência	Não cumprir o prazo estabelecido de resolução de problema.
Forma de aferição	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
Percentual de desconto	<p>a) Não resolver, dentro do prazo estabelecido, problema detectado - Desconto de 6% do valor mensal por ocorrência sucedida dentro do mês.</p> <p>b) Resolver, fora do prazo estipulado, problema detectado - Desconto de 2% do valor mensal por dia útil de atraso (cumulativo ao desconto relativo à ocorrência do atraso).</p>
Sanções	<p>a) Receber desconto por atraso acima de 12% no mês - Advertência</p> <p>b) Receber, por duas vezes no intervalo de 5 meses, mais de 12% de desconto no mês por não resolver, dentro do prazo estabelecido, problema detectado - Multa de 10% do valor mensal.</p> <p>c) Receber, por 3 vezes no intervalo de 8 meses, mais de 12% de desconto no mês por não resolver, dentro do prazo estabelecido, problema detectado - Avaliar possibilidade de rescisão contratual.</p>

Indicador n. 5	Prazo para atendimento da solicitação de manutenção corretiva em casos emergenciais
Finalidade	Garantir que o atendimento em casos emergenciais seja efetuado de forma ágil, evitando potenciais danos às unidades.
Meta a cumprir	Atender a solicitação de manutenção corretiva em casos emergenciais no prazo máximo previsto de 2 horas.
Tipo de ocorrência	Não atender a demanda de manutenção corretiva em casos emergenciais ou não atendê-la dentro do prazo.
Forma de aferição	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
Percentual de desconto	<p>a) Não atender dentro do prazo previsto solicitação de manutenção corretiva em caso emergencial - Desconto de 10% do valor mensal por ocorrência sucedida dentro do mês.</p> <p>b) Atender solicitação de manutenção corretiva em caso emergencial fora do prazo previsto - Desconto de 2% do valor mensal a cada hora de atraso</p>

	(cumulativo ao desconto relativo à ocorrência do atraso).
Sanções	<p>a) Não atender solicitação de manutenção corretiva em caso emergencial - Advertência b) Atender solicitação de manutenção corretiva em caso emergencial fora do prazo previsto por duas vezes seguidas - Advertência</p> <p>c) Atender solicitação de manutenção corretiva em caso emergencial fora do prazo três vezes seguidas ou três vezes a cada quatro solicitações - Multa de 10% do valor mensal</p> <p>d) Não atender solicitação de manutenção emergencial duas vezes seguidas ou duas vezes a cada três solicitações - Avaliar possibilidade de rescisão contratual.</p> <p>e) Atender solicitação de manutenção corretiva em caso emergencial fora do prazo quatro vezes seguidas ou quatro vezes a cada cinco solicitações - Avaliar possibilidade de rescisão contratual.</p>

Indicador n. 6	Prazo para apresentação de orçamento prévio de Peças
Finalidade	Assegurar agilidade na eventual substituição de peças.
Meta a cumprir	Apresentar orçamento prévio de fornecimento de peça dentro do prazo máximo estabelecido (dois dias úteis seguintes à data do atendimento).
Tipo de ocorrência	Deixar de apresentar o orçamento prévio de fornecimento de peça dentro do prazo estipulado
Forma de aferição	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
Percentual de desconto	<p>a) Não apresentar o orçamento dentro do prazo estipulado - Desconto de 5% do valor mensal, por ocorrência.</p> <p>b) Apresentar orçamento fora do prazo estipulado - Desconto de 2% do valor mensal, por dia útil de atraso. (Cumulativo ao desconto de 5% relativo à ocorrência do atraso).</p>
Sanções	<p>a) Receber desconto por atraso acima de 13% no mês - Advertência.</p> <p>b) Receber, por duas vezes no intervalo de 5 meses, mais de 13% de desconto no mês por não apresentar orçamento prévio dentro do prazo - Multa de 10% no valor mensal. c) Receber, por 3 vezes no intervalo de 8 meses, mais de 13% de desconto no mês por não apresentar orçamento prévio dentro do prazo - Avaliar possibilidade de rescisão contratual.</p>

11.2. Liquidação:

11.2.1. Recebida a Nota Fiscal e/ou fatura mensal, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos de ato interno específico.

11.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.2.4. A Nota Fiscal ou instrumento equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

11.3. Prazo de pagamento:

11.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

11.4. Forma de pagamento:

11.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela credora.

11.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Modalidade e Critério de Julgamento

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, cujo critério de julgamento será o de menor preço por item, nos termos do art. arts. 6º, XLI e 28, I, ambos da Lei n. 14.133/2021.

12.1.2. A Lei n. 14.133/2021, em seu art. 6º, XLI, define pregão como:

"modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto".

12.1.3. O objeto enquadra-se como serviço comum de engenharia, uma vez que suas especificações e padrões de desempenho são amplamente consolidados no mercado e regidos por normas técnicas da ABNT e Manuais de Fabricante (OEM), permitindo a definição objetiva de qualidade por meio de especificações usuais (Art. 6º, inciso XIII).

12.2. Participação de ME/EPP e Ampla Competitividade

12.2.1. A presente licitação será exclusiva para ME e EPP (Art. 48, inciso I, da LC 123/06), em razão do valor estimado.

12.3. Exigências de Habilitação:

12.3.1. Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhistas

12.3.1.1. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional, para pessoas físicas.

12.3.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e, em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

12.3.1.3. Procuração por instrumento público, lavrada em cartório, ou por instrumento particular, com firma reconhecida, em original ou cópia autenticada, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da documentação de habilitação, quando estes não forem assinados por representantes constantes do ato constitutivo.

12.3.1.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.1.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

12.3.1.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.1.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.3.1.8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

12.3.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

12.3.1.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.3.2. Requisitos de Habilitação Técnica

A natureza crítica da manutenção de grupos geradores exige comprovação de aptidão técnica rigorosa para evitar o risco de descontinuidade do serviço público. Serão exigidos:

12.3.2.1. Capacidade Técnico-Profissional: Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em nome de Engenheiro Eletricista devidamente registrado no CREA, comprovando a responsabilidade técnica por serviços de manutenção em grupos geradores de potência nominal igual ou superior a 60 kVA.

12.3.2.1.2. Justificativa para exigência : A manutenção de sistemas de alta potência e automação (USCA) requer conhecimento especializado que transcende a eletricidade predial básica, sendo a potência de 60 kVA o marco técnico para similaridade de complexidade.

12.3.2.2. Capacidade Técnico-Operacional: Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica, comprovando que a licitante executou serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em grupos geradores e quadros de transferência automática, incluindo análise termográfica.

12.3.2.2.2. Justificativa para exigência: A exigência de comprovação de aptidão em manutenção preditiva e termográfica é proporcional e pertinente ao objeto, visto que visa prevenir falhas críticas no sistema de emergência energética, protegendo ativos de alto valor e garantindo que a licitante vencedora possua estrutura técnica compatível com a responsabilidade de manter a continuidade das atividades do Ministério Público.

12.3.3. Regularidade Setorial: Certidão de Registro da Empresa no **CREA**, com validade na data de abertura do certame, comprovando a habilitação da pessoa jurídica para a execução de serviços de engenharia elétrica (Art. 67, inciso I).

12.3.3.1. Será considerado integrante do quadro permanente da empresa o profissional que for sócio, diretor, empregado ou responsável técnico da empresa perante o CREA. A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita em cada caso:

- a) Sócio: através do Contrato Social e sua última alteração;
- b) Diretor: através do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de S/A;
- c) Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na Delegacia Regional do Trabalho – DRT;
- d) Responsável técnico – cópia da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA onde consta o registro do profissional como responsável técnico.

12.3.3.2. O profissional apresentado em exigência ao subitem **12.3.3.1.** deverá participar, necessariamente, como responsável técnico pela execução dos serviços contratados, sendo admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior.

12.3.3.3. A apresentação da lista mínima de equipamentos de medição e ferramentas para a realização do serviço com emissão de laudo de vistoria pelo gestor do contrato (vide lista no Anexo II). Na lista deverá constar: marca, modelo e quantidade de cada equipamento, a conferência dos equipamentos será realizada após a assinatura do contrato, tendo a contratada 3 (três) dias úteis para a apresentação, sob pena de não o fazer, sofrer as sanções cominadas no edital.

12.3.4. Qualificação Econômico-Financeira

12.3.4.1. Dos Requisitos Exigidos:

12.3.4.1.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis: Referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

12.3.4.1.2. Patrimônio Líquido Mínimo: Comprovação de Patrimônio Líquido (PL) não inferior a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação (valor global do contrato).

12.3.4.1.3. Certidão Negativa de Falência: Expedida pelo distribuidor da sede da licitante, para fins de comprovação da inexistência de processos de insolvência.

12.3.4.1.4. Justificativa para exigência: A opção pela exigência de Patrimônio Líquido mínimo de 10% do valor global, em substituição aos índices de liquidez, fundamenta-se no Art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a solidez patrimonial da contratada para suportar os custos operacionais e a reposição de peças ao longo dos 60 meses de vigência; tal medida equilibra a segurança do erário ao exigir lastro financeiro real para a execução de um objeto crítico, ao mesmo tempo em que amplia a competitividade do certame ao simplificar os requisitos contábeis e focar na capacidade de solvência de longo prazo da empresa.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. Estima-se, preliminarmente, o valor anual da contratação em **R\$ 43.286,04 (quarenta e três mil duzentos e oitenta e seis Reais e quatro centavos)**, com base nos valores despendidos na contratação atual e conforme quadro abaixo:

Item	Especificação	Grupo Catser	Item/Catser	Un	Valor Total Anual
1	Serviço especializado em manutenção preditiva, preventiva e corretiva permanente, com fornecimento de peças de reposição para todos os equipamentos que compõe a sala técnica do grupo gerador (450kVA) instalado na sede das Promotorias de Justiça de Araguaína.	871	2356 - Manutenção de Grupos Diesel Gerador de Emergência	SV	R\$ 43.286,04

13.2. Trata-se de valor referencial com objetivo de certificar a existência de dotação orçamentária suficiente e, por conseguinte, corroborar com o entendimento de viabilidade da contratação.

13.3. Tal montante deverá ser confirmado/atualizado através de ampla pesquisa de mercado executada pelo setor competente da Área de Compras (Arcom) do MPTO.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual, classificadas na programação orçamentária a seguir:

Unidade Gestora: 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça.

Programa de Trabalho: 03.091.1170.1082 – Adequações Físicas e Mobiliárias das Unidades do Ministério Público.

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica.

Fonte de Recursos: 500 – Recursos Ordinários.

15. INFORMAÇÕES GERAIS AOS FORNECEDORES

15.1. Os interessados poderão contactar o Departamento de Obras e Manutenção Predial do MPTO pelo telefone (63) 3216-7547, para dirimir dúvidas e prestar os esclarecimentos necessários quanto ao objeto, bem como demais informações pertinentes.

Frederico Ferreira Frota

Mat. 98610

Servidor Indicado pela Unidade Demandante

DE ACORDO:

Cristiane Carlin

Chefe do Departamento de Obras e Manutenção Predial

ANEXO I-DO TERMO DE REFERÊNCIA
MANUAL DE MANUTENÇÕES
I - GRUPO GERADOR

1. OBJETIVO

1.1. O presente Manual tem por objetivo, estabelecer procedimentos padrões para execução de Operação e Manutenção do Grupo Motor Gerador. Visa manter as instalações de emergência (motor/alternador), em perfeito estado de funcionamento e conservação.

2. DEFINIÇÕES

BT - Baixa Tensão

CA - Corrente Alternada

GMG - Grupo Motor Gerador

USCA - Unidade de Supervisão de Corrente Alternada.

3. REFERÊNCIAS TÉCNICAS

- a)** Normas ABNT - NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- b)** Manual de Projetos de Edificações.
- c)** Manual dos Equipamentos ou Especificações Técnicas do Fabricante.

4. PERIODICIDADE

4.1. Os testes de manutenção devem ser executados quando for detectada a sua necessidade ou através de:

- a)** Programação de atividade de manutenção preditiva e/ou preventiva com intervalo de tempo máximo de **30 (trinta)** dias;
- b)** Quando o técnico for acionado.

5. RECOMENDAÇÕES GERAIS

- a)** Antes de executar as atividades de manutenção preventiva, verificar o funcionamento e anotar valores dos instrumentos de medição instalados nos painéis;
- b)** Inibir os sinais de alarmes e comandos do sistema de supervisão, referente aos equipamentos em

manutenção;

c) Em cada teste de sensor, verificar a devida sinalização;

d) Eventuais irregularidades devem ser relatadas ao gestor do contrato para que este tome as devidas providências.

e) As atividades relacionadas a seguir devem ser executadas sem exposição a risco de choque elétrico. Para tanto, os equipamentos devem estar desenergizados .

f) As reposições de equipamentos devem ser feitas em condições totais de segurança, isto é, com o sistema totalmente desenergizado;

g) Caso seja necessária a realização de alguma atividade em que haja risco efetivo de choque elétrico, esta deve ser feita por técnico credenciado a atuar em áreas de risco (NR-10);

h) Na realização das atividades deve-se ter o manual dos equipamentos/projetos para dirimir quaisquer dúvidas;

i) Óleos lubrificantes indicados pelo fabricante do grupo gerador:

j) Utilizar produtos para limpeza tipo biodegradável, não tóxicos e não corrosivos;

k) Caso não se aplique(m) algum(ns) dos testes propostos, ignorar sua execução.

6. PROCEDIMENTOS

6.1. Manutenção Preventiva do Motor.

6.1.1. Grupo Motor Gerador parado:

a) Posicionar a chave seletora do modo de operação da USCA, em MANUAL;

b) Anotar leitura do horímetro atual, com check-list anterior em mãos, para proceder análise da última manutenção.

Verificar:

a) A necessidade de manutenção horária (150, 450 e 1200 horas) ou por datas, informar o supervisor para programação e execução conforme planilha de manutenção;

b) O nível de óleo do cárter e água do radiador, corrigindo-os quando necessário;

c) O nível de óleo combustível nos reservatórios e completar quando necessário;

d) Os filtros de ar e óleo e providenciar limpeza ou substituição;

e) O estado geral dos reservatórios de combustível e água e suas tubulações;

f) Se há vazamentos em geral (óleo combustível e/ou lubrificante e água);

g) O ajuste do tensionamento das correias, não devendo a flecha ser maior que 10mm;

h) A folga de válvulas e descarbonização, procedendo conforme orientação do fabricante;

i) A fixação e estado geral dos amortecedores anti-vibratórios (coxins/vibra-choques);

j) O estado da cremalheira e pinhão do motor de arranque;

k) O estado geral da fiação elétrica, devendo estar devidamente amarrada por anilhas plásticas;

l) O estado geral do sistema de acoplamento entre alternador e motor;

m) Os sistemas de partida e parada do GMG e lubrificar as partes móveis quando necessário.

Executar:

a) A drenagem de água no tanque de óleo combustível;

b) Retirada do óleo e lavagem geral do tanque de combustível.

c) A troca de óleo lubrificante dentro da periodicidade que ocorrer primeiro, 150 horas ou um ano;

d) A troca dos filtros de óleo dentro da periodicidade que ocorrer primeiro, 150 horas ou um ano;

e) A troca ou limpeza dos filtros de ar a cada 450 horas;

f) A lubrificação dos rolamentos do alternador com 1200 horas;

g) O teste de atuação de entrada e saída da resistência de pré-aquecimento;

h) O ajuste do tensionamento das correias;

i) O reaperto dos bornes da fiação elétrica e cabos das baterias de partida;

- j)** A leitura e anotação da densidade, tensão e temperatura da bateria de partida. Substituir as baterias a cada 1 (um) ano, por bateria de baixa manutenção, independente do seu estado;
- k)** A vedação total e adequada de qualquer tipo de vazamento;
- l)** A limpeza interna do radiador, substituindo o líquido refrigerante com 450 horas;
- m)** A limpeza geral em todas as partes do motor/gerador e demais equipamentos;
- n)** A limpeza das torres de arrefecimento a cada 06 (seis) meses;
- o)** A limpeza das caixas de fumaça removendo todos os resíduos das paredes internas ou reconstituindo as mesmas com argamassa refratária a cada 5 anos.
- p)** As medições de resistência de Isolação (usando Megger de 01KV e 05KV) entre os enrolamentos (fases), neutro, terra do motor - gerador seguindo normas de testes.

6.1.2. Grupo Gerador em carga manual:

Verificar:

- a)** A pressão de óleo lubrificante, com o motor em funcionamento, podendo a pressão variar em 1.8 a 7 bar. em cada bimestre;
- b)** Se há vazamentos de óleo (lubrificante ou combustível) ou água com motor em funcionamento;
- c)** A existência de ruídos e vibrações anormais no motor e alternador;
- d)** A temperatura elevada do motor/alternador, observando através de termômetro se a mesma está acima do limite normal de operação em cada manutenção bimestral;
- e)** O funcionamento dos instrumentos do painel e comparar com instrumentos padrão;
- f)** A tensão das baterias.

Executar:

- a)** Os testes do sistema de partida e parada. Fazer a atuação do motor de arranque e da solenoide de parada;
- b)** Com o motor em funcionamento, anotação, na planilha de manutenção, da temperatura e pressão dos instrumentos do painel;
- c)** Com o motor em funcionamento, testes nas proteções do motor (pressão, temperatura, ruptura de correia, fluxo de água industrial e nível de óleo combustível anormal).
- d)** Medir temperatura de conexões, cabos e acessórios externos (Pirômetro sem contato)

6.2. Limpeza Geral das Instalações:

6.2.1. As instalações do GMG devem ser limpas com pano úmido e água com detergente ou utilizando compressor e aspirador de pó. Esse serviço deve ser executado e/ou acompanhado somente por técnico credenciado e habilitado para essa atividade.

6.3. Após a manutenção:

- a)** Desinibir os sinais de alarmes e comandos do sistema de automação e verificar a devida sinalização no quadro específico, em cada teste de sensor;
- b)** Normalizar o sistema.

7. PLANILHA DE CAMPO

- a)** Nessa planilha estão resumidos todos os procedimentos descritos neste módulo, deverá ser preenchida, em campo, pelo técnico responsável pela manutenção;
- b)** No caso de manutenção corretiva, deverão ser preenchidos apenas os campos onde existirem intervenções;
- c)** Todas as peças e/ou materiais substituídos deverão constar no campo de observações.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO – GRUPO MOTOR GERADOR									
Profissional: Eng. Eletricista					Ordem de Serviço:				
Empresa:					CREA do Profissional:				
Data: _____					Início do serviço: ____h Término do serviço: ____h				
Manutenção: () Preventiva () Corretiva					Temp. ambiente (°C): _____				
Marcar com um X o campo que esteja de acordo com as prescrições. Marcar com um Xn o campo que não esteja de acordo com as prescrições. Período (S - Semanal / M - Mensal / SE - Semestral / A - Anual)					Ação Verificar Limpar Substituir Testar Ajustar Medir Ajustar Nível Com Vazamento Temp Irregular Não Funciona				
GERADOR xxx KVA									
1.0 Verificar:									
1.1 Níveis de óleo do cárter					S				
1.2 Níveis da água do radiador					S				
1.3 Nível de óleo combustível nos reservatórios					S				
1.4 Filtro de ar					S				
1.5 Filtro de óleo					S				
1.6 Estado geral dos reservatórios e tubulações (óleo e água)					S				
1.7 Vazamentos de óleo e água					S				
1.8 Ajuste das correias					M				
1.9 Fixação e estados dos amortecedores anti-vibratórios					M				
1.10 Estado da fiação elétrica					M				
1.11 Limpeza Parcial do GMG					M				
1.12 Sistema de acoplamento					M				
2.0 Executar quando necessário:									
2.1 Drenagem de água no tanque de combustível					A				
2.2 Óleo lubrificante (a cada 150 horas ou Anualmente)					A				
2.3 Filtro do óleo lubrificante (a cada 150 horas ou Anualmente)					A				
2.4 Filtros de ar (a cada 250 horas ou Anualmente)					A				
2.5 Atuação da resistência de pré-aquecimento.					S				
2.6 Ajuste de válvulas e descarbonização 1.000 horas					A				
2.7 Tensão das correias					M				
2.8 Bomes da fiação e cabos das baterias de partida					M				
2.9 Densidade, tensão e temperatura da bateria de Partida					S				
2.10 Radiador (substituir líquido a cada 450 horas ou 01 ano)					A				
2.11 Limpeza do GMG em geral					M				
2.12 Lavagem geral do tanque de combustível (secar o tanque)					A				
2.13 Testes de Resistência de Isolação (Megger 01KV) onde necessário					A				
3.0 G.M.G. em Partida Manual - Verificar:									
3.1 Pressão de óleo lubrificante					M				
3.2 Vazamentos com motor em funcionamento					M				
3.3 Ruídos e vibrações anormais no motor e alternador					M				
3.4 Temperatura elevada do motor e alternador					M				
3.5 Rotação do Motor (1800rpm)					M				
3.6 Tensão e corrente de saída.					M				
3.7 Atuação de todos os instrumentos de painel					M				
4.0 Executar e verificar:									
4.1 Sistema de partida e parada					M				
4.2 Temperatura e pressão indicada no painel do GMG					M				
4.3 Proteções: pressão, temperatura, ruptura de correia, fluxo de água industrial e nível de óleo combustível anormal					M				
4.4 Toda Sinalização					M				
4.5 Medir temperaturas de cabos e conexões (Pirômetro sem contato)					M				
4.5 Tensão da Bateria.					M				
5.0 TENSÃO DA BATERIA									
5.1 Nominal: _____ Medido: _____					S				
OBSERVAÇÕES: Final de mês - Gerador funcionando Normalmente, bateria carregada e sem problemas.									

ANEXO I-DO TERMO DE REFERÊNCIA

MANUAL DE MANUTENÇÕES

II - SISTEMA USCA DO GMG

1. OBJETIVO

1.1. O presente módulo tem por objetivo, estabelecer procedimentos padrões para execução de Operação e Manutenção de Unidade de Supervisão de Corrente Alternada. Visa manter as instalações de emergência (USCA), em perfeito estado de funcionamento e conservação.

2. DEFINIÇÕES

BT - Baixa Tensão
 CA - Corrente Alternada
 CC - Corrente Contínua

BA – Bilhete de Atividade

GMG – Grupo Motor Gerador

USCA – Unidade de Supervisão de Corrente Alternada

3. REFERÊNCIAS TÉCNICAS

- a) Normas ABNT – NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- b) Manual de Projetos de Edificações e Elétricos;
- c) Manual dos Equipamentos ou Especificações Técnicas do Fabricante.

4. PERIODICIDADE

4.1. Os testes de manutenção devem ser executados quando for detectada a sua necessidade ou através de:

- a) Programação de atividade de manutenção preditiva e/ou preventiva com intervalo de tempo máximo de **30 (trinta)** dias;
- b) À critério da contratante.

5. RECOMENDAÇÕES GERAIS

- a) Antes de executar as atividades de manutenção preventiva, verificar o funcionamento e anotar valores dos instrumentos de medição instalados nos painéis;
- b) Inibir os sinais de alarmes, comandos e medidas do sistema de supervisão, referente aos equipamentos em manutenção;
- c) Em cada teste de sensor, verificar a devida sinalização;
- d) Eventuais irregularidades devem ser relatadas ao Supervisor para que este tome as devidas providências.
- e) As atividades relacionadas a seguir devem ser executadas sem exposição a risco de choque elétrico. Para tanto, os equipamentos devem estar desenergizados;
- f) As reposições de equipamentos devem ser feitas em condições totais de segurança, isto é, com o sistema totalmente desenergizado;
- g) Caso seja necessário a realização de alguma atividade em que haja risco efetivo de choque elétrico, esta deve ser feita por técnico credenciado a atuar em áreas de risco;
- h) Na realização das atividades deve-se ter o manual dos equipamentos/projetos para dirimir quaisquer dúvidas;
- i) No caso de existir mais de uma unidade na mesma sala de equipamentos, executar esta ATIVIDADE em CADA unidade.
- j) Caso não se aplique(m) algum(ns) dos testes propostos, ignorar sua execução.

6. PROCEDIMENTOS

6.1. Antes da manutenção:

6.1.1. Estes procedimentos implicam em desligamento de CA. Para sua execução verificar junto aos consumidores afetados o horário adequado para sua realização.

6.2. Manutenção da USCA:

6.2.1. USCA em Automático

Executar:

- a) A inspeção visual dos equipamentos;
- b) A simulação de falha da rede comercial (desligando o disjuntor de entrada da comercial).

Verificar:

- a) Desligamento da carga da rede comercial;
- b) Partida automática do GMG;
- c) Ligamento da carga no GMG;

d) Sinalização correspondente.

Executar:

a) Retorno da rede comercial.

Verificar:

a) Instrumentos de medição e sinalização de painel;

b) Tempo de retorno da rede comercial (3 min);

c) Transferência de carga do GMG para rede (3 s);

d) Tempo de resfriamento do motor (3 min);

e) Parada do GMG;

f) Sinalização correspondente.

g) Medições de Temperatura com pirômetro portátil sem contato.

6.2.2. USCA em Manual:

6.2.2.1. Verificar a sinalização local e remota de equipamento em manutenção.

6.2.2.2. Executar os testes dos seguintes sensores:

a) Falha de partida do grupo motor gerador;

a.1) Inibir a partida do GMG, e verificar as (3) tentativas de partida e seus respectivos intervalos de tempo.

b) Tensão do GMG (Falta de Fase, CA Alta e Baixa);

b.1) Com o GMG em operação:

- simular uma falta de fase e verificar a atuação do sensor.
- variar a tensão do gerador e verificar a atuação dos sensores dentro dos limites de -15% e +10% da tensão nominal.

c) Frequência do GMG (Alta e Baixa);

c.1) Com o GMG em operação, variar a rotação do motor e verificar a atuação dos sensores, dentro dos limites de $\pm 5\%$ da frequência nominal.

d) Pressão anormal;

d.1) Simular a atuação do pressostato de óleo do motor, curto-circuitando seus terminais.

e) Temperatura anormal;

e.1) Simular a atuação do termostato de temperatura do motor, curto-circuitando seus terminais.

f) Ruptura de correia;

f.1) Simular a atuação do sensor, pressionado a micro-switch da correia.

g) Sobrevelocidade;

g.1) Proceder conforme manual do fabricante da USCA/GMG

h) Sobrecarga GMG (DJ1) e Rede (DJ 2);

h.1) Simular a atuação do relê térmico dos Disjuntores ou proceder conforme orientação do fabricante do equipamento.

i) Fusível interrompido (GMG e Rede);

i.1) Retirar um fusível de um circuito qualquer que não afete o funcionamento da USCA e simule o evento trocando-o por um com defeito.

j) Tensão da Rede (Falta de Fase, CA Alta e Baixa);

j.1) Retirar os sensores (Falta de Fase, CA Alta e Baixa) do módulo de rede e conectá-los no módulo de GMG e proceder os testes conforme manual.

k) Frequência da rede (Alta e Baixa).

k.1) Retirar o sensor de frequência (Alta e Baixa) do módulo de rede e conectá-los no módulo de GMG e proceder os testes conforme manual.

l) Medições de Temperatura com pirômetro portátil sem contato.

6.2.3. USCA Desenergizada (Desligada):

Executar / Medir:

- a) Medições de resistência de Isolação (usando Megger de 01KV e 05KV) onde necessário;
- b) Limpeza Geral, Reapertos em todas as conexões, parafusos, porcas etc;
- c) Manutenção preventiva geral nos contadores de intertravamento.

6.3. Limpeza Geral das Instalações:


6.3.1. As instalações de USCA, devem ser limpas utilizando pincéis, flanelas secas e aspirador de pó. Este serviço deve ser executado e/ou acompanhado somente por técnico credenciado e habilitado para esta atividade.

6.4. Após a manutenção:

- a) Desinibir os sinais de alarmes, comandos e medidas do sistema de supervisão e verificar a devida sinalização, em cada teste de sensor;
- b) Normalizar o sistema.

7. PLANILHA DE CAMPO

- a) Nessa planilha estão resumidos todos os procedimentos descritos neste módulo e deverá ser preenchida, em campo, pelo técnico responsável pela manutenção;
- b) No caso de manutenção corretiva, deverão ser preenchidos apenas os campos onde existirem intervenções;
- c) Todas as peças e/ou materiais substituídos deverão constar no campo de observações.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO – USCA - GMG													
Profissional:					Ordem de Serviço:								
Título:					CREA:								
Data: / /					Início do serviço: : h					Término do serviço: : h			
Manutenção: () Preditiva () Preventiva () Corretiva					Temp. ambiente (°C):								
Marcar com um Xo o campo que esteja de acordo com as prescrições. Marcar com um Xn o campo que não esteja de acordo com as prescrições. Período (S - Senal / M - Mensal / SE - Semestral / A - Anual)					P E R I O D O	M e d i r	Ação					Correção	
NOTAS:							I n s p e c i o n a r	S u b s t i t u i r	V e r i f i c a r	L i m p a r	F i x a r	R e f a z e r	T r o c a r
1.0 USCA em Automático													
1.1 Medições no Contador (ou chave) de Saída - Rede:													
1.2 Tensão: R/S = R/T = S/T = [V]					S								
1.3 R/N = S/N = T/N = Te/N = [V]					S								
1.4 Corrente por fase: FA = FB = FC = N = [A]					S								
1.5 Medições no Contador (ou chave) de Saída - Gerador:													
1.6 Tensão: R/S = R/T = S/T = [V]					S								
1.7 R/N = S/N = T/N = Te/N = [V]					S								
1.8 Corrente por fase: FA = FB = FC = N = [A]					S								
1.9 Potências Medidas (Gerador ou Rede):													
1.10 Fator de potência: [Cos φ] Trifásico =					S								
1.11 Potência Ativa: KW Potência Apar. KVA					S								
1.12 Potência Reativa: KVAR Frequência: HZ					S								
2.0 Verificar quando o Grupo Funcionar com Carga:													
2.1 Desligamento da carga de rede comercial					M								
2.2 Partida automática do GMG					M								
2.3 Ligamento da carga no GMG					M								
2.4 Retorno da rede comercial					M								
2.5 Instrumentos de medição no painel					M								
2.6 Tempo de retorno da rede comercial (3min)					M								
2.7 Transferência de carga do GMG para a rede (3s)					M								
2.8 Tempo de resfriamento do motor (3min)					M								
2.9 Parada do GMG					M								
2.10 Sinalização local e remota					M								
3.0 USCA em Manual ou Teste													
3.1 Sinalização de Acionamento Manual					M								
3.2 Sinalização de Acionamento em teste					M								
3.3 Sinalização de proteções (se ocorrer)					M								
3.4 Função de cada tecla do painel					M								
3.5 Valores de Grandezas Elétricas no Painel					M								
3.6 Sensores de Alarme (se houve atuação - marcar quais na observação)					M								
3.7 Conexões de aterramento, neutro e fases					M								
3.8 Fixação de disjuntores, fusíveis e barramentos					M								
3.9 Aquecimento de disjuntores e/ou fusíveis - Anotar					M								
3.10 Aquecimento de condutores					M								
3.11 Funcionamento dos instrumentos de medição					M								
3.12 Reapertos de Conexões e parafusos					M								
3.13 Medições de temperatura com Pirômetro portátil sem contato em geral.					M								
4.0 USCA DESLIGADA													
4.1 Testes de resistência de Isolação (Megger) onde necessário					Se								
4.2 Limpeza, Fixação e Reaperto Geral					Se								
Nota: Observar procedimentos estabelecidos no Manual - (Relacionar todos os materiais substituídos)													
OBSERVAÇÕES													

ANEXO I-DO TERMO DE REFERÊNCIA
MANUAL DE MANUTENÇÕES
III - QUADROS ELÉTRICOS DE BAIXA TENSÃO

1. OBJETIVO

1.1. O presente módulo tem por objetivo, estabelecer procedimentos padrões para execução de Operação e Manutenção Elétrica de Quadros de Distribuição. Visa manter as instalações elétricas dos quadros de energia (CA) em perfeito estado de funcionamento e conservação.

2. DEFINIÇÕES

BT – Baixa Tensão
CA – Corrente Alternada
CS – Chave Seccionadora
CF – Chave Fusíveis
PR – Para-Raios de BT
DJ – Disjuntores
FS – Fusíveis
TC – Transformadores de Corrente

3. REFERÊNCIAS TÉCNICAS

- a)** Normas ABNT – NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- b)** Normas de Fornecimento de Energia Elétrica em Tensão Secundária das Concessionárias de Energia;
- c)** Manual de Projetos de Edificações e Elétricos;
- d)** Manual dos Equipamentos ou Especificações Técnicas do Fabricante.

4. PERIODICIDADE

4.1. Os testes de manutenção devem ser executados quando for detectada a sua necessidade ou através de:

- a)** Programação de atividade de manutenção preditiva e/ou preventiva com intervalo de tempo máximo de **30 (trinta)** dias;
- b)** À critério da contratante.

5. RECOMENDAÇÕES GERAIS

- a)** Antes de executar as atividades de manutenção preventiva, verificar o funcionamento e anotar valores dos instrumentos de medição instalados nos painéis;
- b)** Inibir os sinais de alarmes, comandos e medidas do sistema de supervisão, referente aos equipamentos em manutenção;
- c)** Em cada teste de sensor, verificar a devida sinalização;
- d)** Eventuais irregularidades devem ser relatadas ao Supervisor para que este tome as devidas providências.
- e)** As atividades relacionadas a seguir devem ser executadas sem exposição a risco de choque elétrico. Para tanto os equipamentos devem estar desenergizados;
- f)** As reposições de equipamentos devem ser feitas em condições totais de segurança, isto é, com o sistema totalmente desenergizado;
- g)** Caso seja necessário a realização de alguma atividade em que haja risco efetivo de choque elétrico, esta deve ser feita por técnico credenciado a atuar em áreas de risco (NR-10);
- h)** Na realização das atividades deve-se ter o manual dos equipamentos/projetos para dirimir quaisquer dúvidas;

i) Caso não se aplique(m) algum(ns) dos testes propostos, ignorar sua execução.

6. PROCEDIMENTOS

6.1. Medições:

Medir:

- a) A tensão de alimentação da rede entre fases, fase/neutro, fase/terra e neutro/terra, com tolerância máxima admissível de -15% e +10%, da tensão nominal.
- b) A corrente de consumo por fase, verificando o equilíbrio entre as mesmas e sua compatibilidade com a corrente nominal dos CABOS e DJ's;
- c) O fator de potência, não devendo ser inferior a $\cos \varphi = 0,92$;
- d) Potências Ativa, Aparente e Reativa;

6.2. Quadros de Distribuição

Verificar e/ou medir:

- a) As conexões e área de contato dos cabos de aterramento, neutro e fases e proceder reaperto;
- b) As cores dos condutores (cabos, fios e barramentos) conforme padronização de normas;
- c) O sistema de fixação dos Barramentos, DJ's e/ou FS's;
- d) A amarração dos cabos e fios com anilhas plásticas (em chicotes), individualizando os circuitos para facilitar uma possível remoção dos mesmos;
- e) O aquecimento, operação e/ou capacidade dos disjuntores, fusíveis e condutores, para análise do dimensionamento e sua compatibilidade;
- f) O funcionamento e aferição dos instrumentos de medição (Amperímetros, Voltímetros, Wattímetros e Freqüencímetros);
- g) A distribuição dos circuitos, a fim de manter o equilíbrio de corrente entre as fases;
- h) A utilização de terminais compatíveis com a seção dos condutores;
- i) A identificação de circuitos e seqüência de fases com anilhas plásticas, disjuntores e tampas dos quadros com placas de acrílico, conforme normas;
- j) A existência de Projeto Elétrico Predial, esquemas de Diagrama Unifilar e Quadro de Cargas, devidamente atualizados em porta documentos no lado interno da tampa dos Quadros;
- k) A limpeza geral interna e externa, devendo ser utilizado compressores e aspiradores.
- l) Medições de resistência de Isolação (usando Megger de 01KV e 05KV) onde necessário
- m) Medições de Temperatura com pirômetro portátil sem contato

6.3. Limpeza Geral das Instalações:

6.3.1. As instalações de tubulações, condutores em canaletas abertas, esteiras, eletrocalhas, devem ser limpas com pano levemente úmido ou utilizando compressor e aspirador.

6.3.2. Todos os quadros devem ser limpos com pano seco, soprado e aspirados o pó com equipamentos apropriados.

6.4. Manutenção Corretiva:

6.4.1. A eliminação do defeito se dá normalmente, pela substituição do equipamento defeituoso, devendo entretanto, após identificação da causa, atentar-se para os seguintes parâmetros:

- a) Níveis de tensão nominal/isolamento;
- b) Corrente de curto-circuito;
- c) Capacidade nominal;
- d) Seletividade;
- e) Conexões e sistema de fixação.

6.4.1.1. Cabos e Fios:

a) Para pequenos rompimentos na isolação de cabos, passar várias coberturas com fita de alta fusão e no mínimo duas coberturas de fita isolante, ambas de alta qualidade;

b) Para pequenos rompimentos na isolação de fios, passar no mínimo, duas coberturas de fita isolante de alta qualidade;

c) Dependendo do tipo de rompimento na isolação, a substituição do cabo ou fio, é inevitável, devendo atentar-se para a seção e tipo de isolamento do mesmo;

Obs.: Para seção superior a 6,0 mm², deve-se utilizar cabo.

6.4.2. Barramentos:

6.4.2.1. Em um sistema de barramentos, bem dimensionados, raramente ocorrerão defeitos, entretanto, o mais comum é o superaquecimento das emendas e derivações, causado principalmente por mau contato e pela falta de reaperto nas conexões (sanduíches), devendo ser adotado os seguintes procedimentos:

a) Desenergizar o barramento;

b) Desmontar e lixar ambos os lados das conexões;

c) Montar as conexões e reapertar;

d) Verificar a pintura dos barramentos, exceto nas regiões de contato.

6.4.3. Disposições Gerais:

6.4.3.1. As manutenções corretivas ficam reduzidas adotando-se as seguintes medidas:

a) Manutenção preventiva eficiente;

b) Verificação da qualidade e desempenho dos equipamentos;


c) Mão de obra qualificada e habilitada para o trabalho.

7. PLANILHA DE CAMPO

a) Nessa planilha estão resumidos todos os procedimentos descritos neste módulo e deverá ser preenchida, em campo, pelo técnico responsável pela manutenção;

b) No caso de manutenção corretiva, deverão ser preenchidos apenas os campos onde existirem intervenções;

c) Todas as peças e/ou materiais substituídos deverão constar no campo de observações.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO												
Profissional:					Ordem de Serviço:							
Título:					CREA:							
Data: / /					Início do serviço: : h					Término do serviço: : h		
Manutenção: () Preditiva () Preventiva () Corretiva					Temp. ambiente (°C):							
Marcar com um Xo o campo que esteja de acordo com as prescrições. Marcar com um Xn o campo que não esteja de acordo com as prescrições. Período (S - Semanal / M - Mensal / SE - Semestral / A - Anual)					Ação M e d i r - T e s t a r I n s p e c i o n a r S u b s t i t u i r V e r i f i c a r L i m p a r F i x a r R e f a z e r T r o c a r R e a p e r t a r					Correção		
NOTAS: Identificar quadro de distribuição: _____												
1	Medições no disjuntor de entrada:											
2	Tensão: R/S =	R/T =	S/T =	[V]	S							
3	R/N =	S/N =	T/N =	Te/N = [V]	S							
4	Corrente por fase: FA =	FB =	FC =	N = [A]	S							
5	Fator de potência: [Cos φ] Trifásico =				S							
6	Potência Ativa: KW	Potência Apar. KVA			S							
7	Potência Reativa: KVAR	Frequência: HZ			S							
8	Conexões de aterramento, neutro e fases				M							
9	Fixação de disjuntores, fusíveis e barramentos				M							
10	Amarração dos cabos				M							
11	Aquecimento de disjuntores e/ou fusíveis - Anotar				S							
12	Aquecimento de condutores				S							
13	Funcionamento dos instrumentos de medição				M							
14	Distribuição dos circuitos				M							
15	Terminais compatíveis com a seção dos cabos				M							
16	Limpeza parcial interna e externa				M							
17	Limpeza geral (aspiração interna e externa)				Se							
18	Reapertos de Conexões e parafusos				M							
19	Dispositivos contra surto de Tensão (Para-raio Eletrônico)				M							
20	Medições de temperatura com Pirômetro portátil sem contato				S							
21	Testes de resistência de Isolação (Megger) onde necessário				Se							
22	Medições de Corrente nos circuitos parciais				M							
23												
24												
25												
Nota: Observar procedimentos estabelecidos no Manual.												
OBSERVAÇÕES												

ANEXO I-DO TERMO DE REFERÊNCIA
MANUAL DE MANUTENÇÕES
IV - MALHA DE ATERRAMENTO

1. OBJETIVO

1.1. O presente módulo tem por objetivo, estabelecer procedimentos padrões para execução de Operação e Manutenção do sistema da malha de aterramento. Visa manter as instalações em perfeito estado de funcionamento e conservação.

2. DEFINIÇÕES

SE – Subestação

3. REFERÊNCIAS TÉCNICAS

- a)** Normas ABNT – NBR 5419 – Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- b)** Projetos de Edificações e SPDA;
- c)** Manual dos Equipamentos ou Especificações Técnicas do Fabricante.

4. PERIODICIDADE

4.1. Os testes de manutenção devem ser executados quando for detectada a sua necessidade ou através de:

- a)** Programação de atividade de manutenção preventiva e preditiva com intervalo de tempo máximo de **30 (trinta)** dias;
- b)** À critério da contratante.

5. RECOMENDAÇÕES GERAIS

- a)** Antes de executar as atividades de manutenção preditiva e/ou preventiva deve-se verificar as condições do tempo, caso apresente as seguintes condições: nublado ou chuva, a inspeção será adiada para o próximo dia útil.
- b)** Eventuais irregularidades devem ser relatadas ao supervisor imediato para que este tome as devidas providências.
- c)** As atividades relacionadas a seguir devem ser executadas sem exposição a risco de choque elétrico. Para tanto, os equipamentos devem estar desenergizados;
- d)** As reposições de equipamentos devem ser feitas em condições totais de segurança, isto é, com o sistema totalmente desenergizado;
- e)** Caso seja necessária a realização de alguma atividade em que haja risco efetivo de choque elétrico, esta deve ser feita por técnico credenciado a atuar em áreas de risco;
- f)** Na realização das atividades deve-se ter o manual dos equipamentos/projetos para dirimir quaisquer dúvidas;
- g)** Caso não se aplique(m) algum(ns) dos testes propostos, ignorar sua execução.

6. PROCEDIMENTOS

Verificar e/ou medir:


- a)** O sistema de fixação da malha de aterramento;
- b)** Se as conexões estão bem apertadas;
- c)** A limpeza geral da caixa de equalização, devendo ser utilizado panos, pinceis e aspiradores e compressores;
- d)** Medições de continuidade de armaduras e do sistema de aterramento de acordo com a NBR5419.


Disposições Gerais:

- a)** As manutenções corretivas ficam reduzidas adotando-se as seguintes medidas:
- b)** Manutenção preventiva eficiente;
- c)** verificação da qualidade e desempenho dos equipamentos;
- d)** Mão de obra qualificada e habilitada para o trabalho.

7. PLANILHA DE CAMPO

- a)** Nessa planilha estão resumidos todos os procedimentos descritos neste módulo devendo ser preenchida, em campo, pelo técnico responsável pela manutenção;
- b)** No caso de manutenção corretiva, deverão ser preenchidos apenas os campos onde existirem intervenções;
- c)** Todas as peças e/ou materiais substituídos deverão constar no campo de observações;


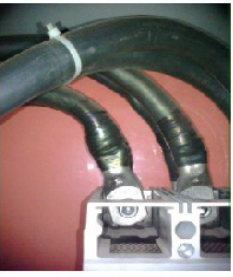
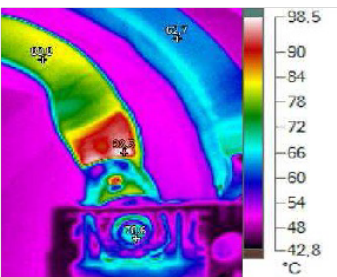
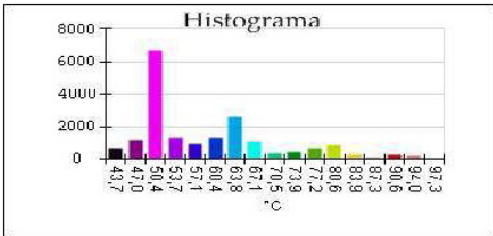
RELATÓRIO DE INSPEÇÃO – MALHA DE ATERRAMENTO							
Profissional:				Ordem de Serviço:			
Título:				CREA:			
Data: / /		Início do serviço: : h		Término do serviço: : h			
Manutenção: () Preditiva () Preventiva () Corretiva				Umidade Relativa do ar:			
Temp. ambiente (°C):		Estado do solo:					
Marcar com um X o campo que esteja de acordo com as prescrições. Marcar com um Xn o campo que não esteja de acordo com as prescrições. Período (S -Senal / M -Mensal / SE -Semestral / A -Anual)				Ação Verificar Limpar Testar Medir		Correção Completar Corrigir Trocar Reaperturar	
NOTAS:							
1.0 Medições:							
1.1 Resistência da Malha de Terra Ohms				A			
1.2 Continuidade da Malha e Pontos de Aterramento				A			
Obs.: Caso a malha de terra esteja com resistência elevada e/ou com descontinuidade (rompida), deve-se executar o item 2.0, a seguir:							
2.0 Malha de Aterramento:							
2.1 Abertura da malha				A			
2.2 Conexões e Soldas Exotérmicas				A			
2.3 Hastes conforme especificações do projeto				A			
2.4 Cabos conforme especificações do projeto				A			
2.5 Profundidade/espacamento das hastes/cabos (0,60 m x 5,00m)				A			
2.6 Aplicação de tratamento químico (Bentonita)				A			
2.7 Interligações entre malhas e com os pontos de terra				A			
2.8 Caixas e pavimentações				A			
3.0 Barra Geral de Aterramento (caixa de equipotencialização):							
3.1 Fixação da Barra				M			
3.2 Conexões dos terminais e identificação dos pontos de terra				M			
4.0 Pontos de aterramentos internos:							
4.1 Eletrocalhas, Tubulações e Estruturas Metálicas				M			
4.2 Quadros de Distribuição (SE)				M			
4.3 Postos de Transformação				M			
4.4 Amarrações dos cabos terra				M			
5.0 Pontos de aterramentos externos:							
5.1 Tubulações e Estruturas Metálicas				M			
Nota: Observar procedimentos estabelecidos no Manual (Relacionar todos os materiais substituídos.)							
OBSERVAÇÕES							

RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO – MALHA DE ATERRAMENTO							
Profissional:				Ordem de Serviço:			
Título:				CREA:			
Data: / /		Início do serviço: : h		Término do serviço: : h			
Manutenção: () Preditiva () Preventiva () Corretiva				Terrometro utilizado:			
Temp. ambiente (°C):		Estado do solo:		Umidade Relativa do ar:			
		Resistência em OHMS		Valores em metros			
1.0	Medições	Valores em OHMS	Est. Tensão 62% da E.C.	Est. Tensão 62% + 3m	Est. Tensão 62% - 3m	Estaca de corrente	Escala do Terrometro
1.1	Primeira medição						
1.2	Segunda Medição						
1.3	Terceira Medição						
2.0	Medições	Valores em OHMS	Est. Tensão 62% da E.C.	Est. Tensão 62% + 3m	Est. Tensão 62% - 3m	Estaca de corrente	Escala do Terrometro
2.1	Primeira medição						
2.2	Segunda Medição						
2.3	Terceira Medição						
3.0	Medições	Valores em OHMS	Est. Tensão 62% da E.C.	Est. Tensão 62% + 3m	Est. Tensão 62% - 3m	Estaca de corrente	Escala do Terrometro
3.1	Primeira medição						
3.2	Segunda Medição						
3.3	Terceira Medição						
Orientações:							
Primeira medição: Estaca de tensão (Et) à distância de 62% (ponto X) Estaca de corrente.							
Segunda medição: Estaca de tensão (Et) distante de 3 metros a mais do ponto X (62%)							
Primeira medição: Estaca de tensão (Et) distante de 3 metros a menos do ponto X (62%)							
Observações:							

ANEXO I-DO TERMO DE REFERÊNCIA

MANUAL DE MANUTENÇÕES

V - TERMOGRAFIA

RELATÓRIO TERMOGRAFIA																																			
Profissional:		Ordem de Serviço:																																	
Título:		CREA:																																	
Data: __/__/__		Início do serviço: __:__:__ h Término do serviço: __:__:__ h																																	
Manutenção: () Preventiva () Preventiva () Corretiva		Termovisor utilizado:																																	
Temp. ambiente (°C):		Estado do solo:																																	
		Umidade Relativa do ar:																																	
IMAGEM DE LUZ VISÍVEL:		IMAGEM DA TERMOGRAFIA:																																	
																																			
GRÁFICO EM °C:																																			
																																			
DADOS:																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Informações da imagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Transmissão</td> <td>1,00</td> </tr> <tr> <td>Temperatura média</td> <td>59,2°C</td> </tr> <tr> <td>Faixa da imagem</td> <td>42,8°C até 98,5°C</td> </tr> <tr> <td>Modelo da câmera</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tamanho do sensor infrav.</td> <td>120 x 160</td> </tr> <tr> <td>Horário da imagem</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				Informações da imagem		Transmissão	1,00	Temperatura média	59,2°C	Faixa da imagem	42,8°C até 98,5°C	Modelo da câmera		Tamanho do sensor infrav.	120 x 160	Horário da imagem																			
Informações da imagem																																			
Transmissão	1,00																																		
Temperatura média	59,2°C																																		
Faixa da imagem	42,8°C até 98,5°C																																		
Modelo da câmera																																			
Tamanho do sensor infrav.	120 x 160																																		
Horário da imagem																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="3">Marcadores da imagem principal</th> </tr> <tr> <th>Nome</th> <th>Temperatura</th> <th>Emissividade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Quente</td> <td>98,5°C</td> <td>0,95</td> </tr> <tr> <td>M1</td> <td>80,8°C</td> <td>0,95</td> </tr> <tr> <td>P0</td> <td>62,7°C</td> <td>0,95</td> </tr> <tr> <td>P1</td> <td>70,6°C</td> <td>0,95</td> </tr> </tbody> </table>				Marcadores da imagem principal			Nome	Temperatura	Emissividade	Quente	98,5°C	0,95	M1	80,8°C	0,95	P0	62,7°C	0,95	P1	70,6°C	0,95														
Marcadores da imagem principal																																			
Nome	Temperatura	Emissividade																																	
Quente	98,5°C	0,95																																	
M1	80,8°C	0,95																																	
P0	62,7°C	0,95																																	
P1	70,6°C	0,95																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Data da inspeção:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Equipamento</td> <td>Disjuntor Geral</td> </tr> <tr> <td>Temp. do ar ambiente:</td> <td>37,1°C</td> </tr> <tr> <td>Carga (%)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Temperatura de exceção:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ação recomendada</td> <td>0,95</td> </tr> <tr> <td>Emissividade:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fabricante da câmera</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Data da inspeção:		Equipamento	Disjuntor Geral	Temp. do ar ambiente:	37,1°C	Carga (%)		Temperatura de exceção:		Ação recomendada	0,95	Emissividade:		Fabricante da câmera		<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Local</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Nome do equipamento:</td> <td>Disjuntor</td> </tr> <tr> <td>Umidade do Ar:</td> <td>36,5%</td> </tr> <tr> <td>Carga nominal máx.:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Problema potencial</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prioridade de conserto:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Temperatura refletida:</td> <td>22,0 °C</td> </tr> <tr> <td>Câmera:</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Local		Nome do equipamento:	Disjuntor	Umidade do Ar:	36,5%	Carga nominal máx.:		Problema potencial		Prioridade de conserto:		Temperatura refletida:	22,0 °C	Câmera:	
Data da inspeção:																																			
Equipamento	Disjuntor Geral																																		
Temp. do ar ambiente:	37,1°C																																		
Carga (%)																																			
Temperatura de exceção:																																			
Ação recomendada	0,95																																		
Emissividade:																																			
Fabricante da câmera																																			
Local																																			
Nome do equipamento:	Disjuntor																																		
Umidade do Ar:	36,5%																																		
Carga nominal máx.:																																			
Problema potencial																																			
Prioridade de conserto:																																			
Temperatura refletida:	22,0 °C																																		
Câmera:																																			
CONCLUSÃO:																																			

ANEXO II-DO TERMO DE REFERÊNCIA

LISTA MÍNIMA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DA CONTRATADA

Um analisador de energia trifásicos 1MB (com memória de massa, análise de harmônicas, medições de potências ativas, reativas e aparentes, frequência, corrente, tensão, fator de potência, energia ativa e reativa, cogeração), com três alicates flexíveis com capacidade para até 1.000A;

1. Terrômetro (estratificação e resistência de malha de aterramento);
2. Termovisor ou câmera termovisora para medições e registros de temperatura para emissão de relatórios e

controle de temperatura e pontos quentes de Equipamentos;

3. Termômetro Infra Vermelho ou Pirômetro;

4. Termohigrômetro;

5. Tacômetro foto contato digital (RPM de Gerador);

6. Megger 5KV (medidor de Isolação);

7. Microhmímetro de 10A (medidor de resistência de contato);

8. Alicates amperímetros AC e DC;

9. Multímetros de medições AC e DC;

10. Medidor de sequencia de fase (sequenciometro);

11. Testador de bateria;

12. Carregador de bateria (12V-24V);

13. Compressor de ar portátil e aspirador de pó;

14. Detector de tensão para baixa tensão (380/220V);

15. Gerador de energia elétrica 3kVA;

16. Demais materiais de segurança conforme NR-10 (luvas de média e baixa tensão, óculos de segurança, sistemas de aterramento, calçados de segurança, uniforme anti-chama);

17. Caixa completa de ferramentas para manutenção eletromecânica completa;

18. Equipamentos de segurança individual (EPI's);

19. Equipamentos de segurança coletiva (EPC).

ANEXO III-DO TERMO DE REFERÊNCIA
LISTA DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO.

1. As peças listadas abaixo serão substituídas quando necessário sem qualquer ônus adicional a PGJ/TO por fazerem parte da mensalidade paga pelos serviços contratados.

LISTA DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO		
1	CAPACITORES DE POTÊNCIA - ATÉ 50 KVAR	Pç
2	CONTATOR DE POTÊNCIA PARA CAPACITOR - ATÉ 50 KVAR	Pç
3	TEMPORIZADOR E TIMER HORARIO	Pç
4	DISJUNTORES CAIXA MOLDADA - ATÉ 300A	Pç
5	CONTATOR DE POTÊNCIA - ATÉ 100A	Pç
6	BOTONEIRAS DE COMANDO	Pç
7	MEDIDORES ANALOGICOS - TENSÃO, CORRENTE,	Pç

	FREQUENCIA.	
8	CHAVES ROTATIVAS DE COMANDO	Pç
9	FILTROS DE OLÉO DIESEL	Pç
10	FILTROS DE AR	Pç
11	OLÉO LUBRIFICANTE EM CONFORMIDADE COM O GG	Pç
12	FILTRO DE OLÉO LUBRIFICANTE	Pç
13	BATERIA DE 12VOLTS - 150A/HORA.	Pç
14	ADITIVO PARA RADIADOR	Pç
15	CONECTORES DE PRESSÃO.	Pç
16	PARAFUSOS EM GERAL	Pç
17	MANGUEIRAS DE OLEO DIESEL	Pç
18	CONECTORES FLEXIVEIS.	Pç
19	LÂMPADAS DE LED ATÉ 50W	Pç
20	LUMINÁRIAS PARA LÂMPADAS LED ATÉ 50W	Pç
21	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO (DPS) ATÉ 40KA	Pç
22	VENTOINHAS DE VENTILAÇÃO (COOLER)	Pç
23	SINALIZADOR DE TOPO TIPO SIMPLES	Pç
24	PRESILHA PARA CABO	Pç
25	TERMINAL AÉREO	Pç
26	ABRAÇADEIRA GUIA	Pç
27*	PEÇA COM VALOR DE ATÉ 20% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO	Pç

* O item 27, refere-se à peça com valor de até 20% do valor mensal do contrato, caso o valor da peça seja superior aos 20%, a compra da mesma será de responsabilidade da PGJ/TO.

ANEXO II

MODELO DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 4º, XI, IN RFB n. 1.234

(somente para a empresa vencedora)

Imo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ n..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n. 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades

previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO n. ____/2026.

HORÁRIO: __: __ HORAS.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____ e inscrição estadual n. _____, estabelecida no(a) _____, para atendimento do objeto destinado à **Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins**, em conformidade com o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO n. ____/2026.

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO OBJETO	UNID. MEDIDA	QTDE	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL					

- 1) A validade da presente proposta é de no mínimo **90 (noventa) dias corridos**.
Entregaremos os produtos conforme as exigências do **Anexo I**.
Informamos, por oportuno, que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o perfeito fornecimento do objeto, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____
b) C.N.P.J. n.: _____ Insc. Estadual n.: _____
c) Endereço: _____
d) Fone/Fax: _____ E-mail: _____
e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
f) Banco _____ Agência n.: _____ Conta n.: _____

Palmas/TO, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO n. ____/____ CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Avenida LO-4, Plano Diretor Norte, em Palmas/TO, inscrita no CNPJ n. 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, _____, nomeado pelo Ato - _____ de _____ de _____ de _____, publicado no DOE n. _____ de _____ de _____ de _____, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____, representada neste ato por _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o Processo Administrativo n. _____, e em observância à Lei n. 14.133/2021, à Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do ato normativo 016/2023, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ____/____, mediante as disposições das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa para prestação de serviço especializado em manutenção preditiva, preventiva e corretiva permanente, com fornecimento de peças de reposição para todos os equipamentos que compõe a sala técnica do grupo gerador instalado no prédio sede das Promotorias de Justiça de Araguaína**, conforme quantitativos e especificações descritos no Termo de Referência - Anexo I.

1.2. Especificação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO OBJETO	UNID. MEDIDA	QTDE	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL					

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta do Contratado e Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.5. O prazo de vigência da contratação será de 60(sessenta) meses, contados do primeiro dia útil da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.5.1. A divulgação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas-(PNCP), condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, do objeto ora licitado, sem expressa anuência da PGJ-TO.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor contratação é de R\$...... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo e os critérios de pagamento ao contratado, e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do mapa de preço, em 27/04/2026.

7.2. Decorrido o prazo de 1 (um) ano da data referida no subitem anterior, os preços serão reajustados para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo formalmente.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. Das obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução deste Instrumento;

8.1.2. Não consentir que outrem, mesmo que da própria Administração, execute os serviços aos quais se obriga, salvo em situação de emergência que possa causar danos ou perda total do equipamento;

8.1.3. Sugerir medidas visando ao aperfeiçoamento da execução dos serviços;

8.1.4. Utilizar pessoal devidamente habilitado para os serviços contratados, correndo, por sua conta, quaisquer despesas de contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, seguros, cursos e outros, dos seus empregados;

8.1.5. Manter completos os equipamentos, peças e componentes da subestação e grupo gerador;

8.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratante;

8.1.7. Trabalhar junto com o gestor do contrato a possibilidade de se manter um estoque mínimo de peças de maior desgaste visando não interromper a utilização de equipamentos estratégicos;

8.1.8. Atender prontamente, no horário regular de funcionamento, compreendido entre 7h30min e 19h00min, bem como em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, às solicitações da Contratante encaminhadas por meio telefônico, para atendimento de qualquer ocorrência de pane nos equipamentos, observando-se integralmente o disposto no subitem 5.1.10;

8.1.9. Atender prontamente o chamado técnico a qualquer hora do dia ou da noite todos os dias da semana, nos casos de falta de energia elétrica da concessionária quando o grupo gerador não entrar em funcionamento;

8.1.10. Os custos de mão-de-obra e com os deslocamentos para os serviços corretivos deverão estar incluídos no valor mensal cobrado. A execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva, fora do horário normal, em sábados, domingos ou feriados, não ensejará à prestadora de serviço o direito de recebimento de quaisquer valores adicionais;

8.1.11. Apresentar à PGJ-TO, até 5 (cinco) dias úteis após o término de cada mês, para efeito de comprovação

e aceitação, o formulário próprio de acordo com os relatórios de inspeções, contendo as especificações dos serviços efetuados, o horário inicial e final da execução dos mesmos, o dia, nome do técnico que os prestou, bem como quaisquer outras informações pertinentes;

8.1.12. Os serviços de manutenção preventiva e preditiva, sempre que possível, deverão ser desenvolvidos em horário comercial definido em um cronograma, realizado pela contratada e aprovado pela contratante, com o horário mínimo de 20h/mês (vinte horas mês). Entretanto, caso a natureza do serviço a ser executado possa causar interrupções no funcionamento de energia elétrica ou qualquer problema ao normal funcionamento do prédio da PGJ-TO, os serviços deverão ser previamente programados para outros horários e dias, após comunicação formal;

8.1.13. Os serviços de assistência técnica de rotina da manutenção preventiva poderão, a critério da PGJ-TO, ser deslocados para outros horários (noturno ou dias não úteis) caso a sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos realizadas em horário de expediente normal;

8.1.14. Por ocasião da efetiva prestação dos serviços, deverá a empresa dispor do aparelhamento técnico e ferramental para os testes, reparos e substituições que se fizerem necessários conforme lista mínima dos equipamentos do Anexo II;

8.1.15. Por ocasião da efetiva prestação dos serviços, deverá a empresa dispor de gerador de energia, de no mínimo 3kVA, para atender as cargas que não podem sofrer interrupção no fornecimento de energia elétrica nos casos em que o grupo gerador não entrar em operação. O combustível (gasolina ou diesel), consumido para manter o gerador funcionando durante a prestação do serviço, será de responsabilidade da contratada;

8.2. Obrigações da CONTRATANTE (PGJ-TO)

8.2.1. Acompanhar, permanentemente, a execução dos serviços ajustados, por intermédio de um servidor com habilitação técnica, Engenheiro Eletricista, indicado pela Diretoria Geral, ao qual caberá atestar as faturas apresentadas em até 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento;

8.2.2. Comunicar, imediatamente, à Contratada qualquer irregularidade observada no funcionamento da subestação e dos grupos geradores;

8.2.3. Só permitir o acesso à subestação e a interferência na aparelhagem, às pessoas habilitadas e devidamente autorizadas pela PGJ-TO, que se identificarão com o cartão de identidade funcional;

8.2.4. Não consentir na utilização da subestação como depósito de material de qualquer espécie e manter o espaço e demais dependências livres e desembaraçadas;

8.2.5. Não alterar ou trocar peças e componentes sem consentimento da contratada;

8.2.6. Zelar pelo bom uso dos equipamentos, a fim de prevenir danos causados por negligência ou mau uso;

8.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

8.2.8. Comunicar à contratada qualquer irregularidade constatada na execução do objeto do contrato;

8.2.9. Pagar à contratada, após o recebimento definitivo do objeto contratual pelo servidor designado para a fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato.

8.2.10. Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias, observado o direito ao contraditório e a ampla defesa e devido processo legal;

8.2.11. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.2.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feito pelo contratado no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

11.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem acima ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei n. 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Na hipótese acima, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n. 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:

II - Fonte de Recursos:

III - Programa de Trabalho:

IV - Elemento de Despesa:

VI - Nota de Empenho:

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [n. 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei n. 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei n. 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO ([art. 92, § 1º](#))

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Palmas - TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/21](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Azevedo Rocha, Pregoeiro**, em 27/05/2026, às 14:40, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0518043** e o código CRC **2ABCCB0E**.

19.30.1572.0000332/2026-74

Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-218, Palmas/TO.

Telefone: (63) 3216-7600